

Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE

CONCURSO PÚBLICO - AGENTE DE POLÍCIA CIVIL

EDITAL Nº 002/SSP/DGPC/ACADEPOL/2014

03 de agosto de 2014

PARECERES DOS RECURSOS

DISCIPLINA: NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO

01) “O Direito Constitucional é um ramo do Direito Público, destacado por ser fundamental à organização e funcionamento do Estado, à articulação dos elementos primários do mesmo e ao estabelecimento das bases da estrutura política”.

(Moraes, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 22ª. ed., 2007, p.1.)

Ante a afirmação anterior, analise as questões a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I** *O Direito Constitucional ocupa uma posição de superioridade em relação às demais ciências jurídicas, pois os princípios fundamentais dos outros ramos jurídicos encontram-se inseridos na Constituição.*
- II** *A Constituição é regra matriz de um Estado, solidifica suas instituições e estabiliza o seu poder instituidor, para que possa promover o bem estar social.*
- III** *O Direito Constitucional tem por objeto a constituição política do Estado no sentido amplo de estabelecer sua estrutura, a organização de suas instituições e órgãos, o modo de aquisição e a não limitação do poder.*
- IV** *A Constituição deve trazer em si os elementos integrantes (componentes ou constitutivos) do Estado, quais sejam: soberania, finalidade, povo, território.*
- V** *Não é a Constituição que individualiza os órgãos competentes para a edição de normas jurídicas, legislativas ou administrativas.*

A ⇒ Todas as afirmações estão corretas

B ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

C ⇒ Apenas III e V estão corretas.

D ⇒ Apenas a afirmação IV está correta.

E ⇒ *Apenas I, II e IV estão corretas.*

PARECER:

Existem, realmente, controvérsias na doutrina a respeito dos elementos constitutivos do Estado. A afirmativa do inciso IV da questão é defendida por Pedro Lenza (Direito Constitucional Esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 30). Assim como Dalmo de Abreu Dallari (Elementos da teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 23ª. ed., p.118). Outros doutrinadores, todavia, referem apenas três elementos: soberania, povo e território. Faltou, por esta razão, uma resposta que contemplasse apenas as afirmações dos incisos I e II, que estão corretas.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Anular a questão.

QUESTÃO

03) O art. 5º da Constituição Federal trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, espécie do gênero direitos e garantias fundamentais (Título II). Assim, apesar de referir-se, de modo expresso, apenas a direitos e deveres, também consagrou as garantias fundamentais.

(LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado, São Paulo: Saraiva, 2009, 13ª. ed., p. 671).

Com base na afirmação acima, analise as questões a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I** *Os direitos são bens e vantagens prescritos na norma constitucional, enquanto as garantias são os instrumentos através dos quais se assegura o exercício dos aludidos direitos.*
- II** *O rol dos direitos expressos nos 78 incisos e parágrafos do art. 5º da Constituição Federal é meramente*

exemplificativo.

- III Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que o Brasil seja parte.
- IV São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- V É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias.

A ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

B ⇒ Apenas II, III e IV estão corretas.

C ⇒ Apenas III e V estão corretas.

D ⇒ Apenas IV e V estão corretas.

E ⇒ Todas as questões estão corretas.

PARECER:

Não procede o argumento do recorrente, vez que a matéria é toda contemplada pela letra da Constituição Federal de 1988.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

04) Os remédios constitucionais são as formas estabelecidas pela Constituição Federal para concretizar e proteger os direitos fundamentais a fim de que sejam assegurados os valores essenciais e indisponíveis do ser humano.

Assim, é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ O *habeas corpus* pode ser formulado sem advogado, não tendo de obedecer a qualquer formalidade processual, e o próprio cidadão prejudicado pode ser o autor.

B ⇒ O *habeas corpus* é utilizado sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

C ⇒ O autor da ação constitucional de *habeas corpus* recebe o nome de impetrante; o indivíduo em favor do qual se impetra, paciente, podendo ser o mesmo impetrante, e a autoridade que pratica a ilegalidade, autoridade coatora.

D ⇒ **Caberá *habeas corpus* em relação a punições disciplinares militares.**

E ⇒ O *habeas corpus* será preventivo quando alguém se achar ameaçado de sofrer violência, ou repressivo, quando for concreta a lesão.

PARECER:

A letra D da questão acima CONTRARIA terminantemente a letra do que se encontra estatuído e determinado na Constituição Federal de 1988. Veja-se:

“Art. 142, parágrafo 2º. Não caberá *habeas corpus* em relação a punições disciplinares militares”. Por esta razão é dada como ERRADA. Questões acadêmicas, doutrinárias e jurisprudenciais não têm o condão de modificar o texto da Constituição.

PARECER COMPLEMENTAR:

A letra D da questão acima CONTRARIA terminantemente a letra do que se encontra estatuído e determinado na Constituição Federal de 1988. Veja-se:

“Art. 142, parágrafo 2º. Não caberá *habeas corpus* em relação a punições disciplinares militares”. Por esta razão é dada como ERRADA. Questões acadêmicas, doutrinárias e jurisprudenciais não têm o condão de modificar o texto da Constituição.

No tocante ao conteúdo da letra E, esta apenas **ESPECIFICA OS TIPOS DE HABEAS CORPUS**, quais sejam, o preventivo e o repressivo - pois o significado do instituto está bem explicado na letra B da questão, não deixando qualquer dúvida quanto ao tipo de violência. Portanto, não procede o argumento da recorrente.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

05) Ainda em relação aos outros remédios constitucionais analise as questões a seguir e assinale a alternativa correta.

- I *O habeas data assegura o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.*
- II *Será concedido habeas data para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.*
- III *Em se tratando de registro ou banco de dados de entidade governamental, o sujeito passivo na ação de habeas data será a pessoa jurídica componente da administração direta e indireta do Estado.*
- IV *O mandado de injunção serve para requerer à autoridade competente que faça uma lei para tornar viável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.*
- V *O pressuposto lógico do mandado de injunção é a demora legislativa que impede um direito de ser efetivado pela falta de complementação de uma lei.*

A ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

B ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

C ⇒ Apenas II, III e IV estão corretas.

D ⇒ Apenas II, III e V estão corretas.

E ⇒ Apenas IV e V estão corretas.

PARECER:

O conteúdo referente ao **mandado de injunção** está inserido no item: **Garantias processuais constitucionais** - previsto no conteúdo de Noções de Direito Constitucional, do Edital do Concurso. Muito embora não venha expresso, não há que se falar em garantias processuais constitucionais sem fazer referência ao mandado de injunção. Instituto elencado no inciso LXXI do art. 5º. da Constitucional Federal, entre o mandado de segurança e o *habeas data*, exatamente para **garantir** ao cidadão brasileiro os seus direitos. Trata-se, juntamente com o mandado de segurança coletivo e o *habeas data*, de **garantia processual constitucional** introduzido pelo constituinte originário de 1988. Seu objetivo é suprir uma omissão do Poder Público, no intuito de viabilizar o exercício de um direito, uma liberdade ou uma prerrogativa prevista na Constituição Federal. O requisito para a sua interposição será a falta de norma regulamentadora que torne inviáveis os direitos do cidadão.

PARECER COMPLEMENTAR:

O conteúdo referente ao **mandado de injunção** está inserido no item: **Garantias processuais constitucionais** - previsto no conteúdo de Noções de Direito Constitucional, do Edital do Concurso. Muito embora não venha expresso, não há que se falar em garantias processuais constitucionais sem fazer referência ao mandado de injunção. Instituto elencado no inciso LXXI do art. 5º. da Constitucional Federal, entre o mandado de segurança e o *habeas data*, exatamente para **garantir** ao cidadão brasileiro os seus direitos. Trata-se, juntamente com o mandado de segurança coletivo e o *habeas data*, de **garantia processual constitucional** introduzido pelo constituinte originário de 1988. Seu objetivo é suprir uma **omissão do Poder Público**, no intuito de viabilizar o exercício de um direito, uma liberdade ou uma prerrogativa prevista na Constituição Federal. O requisito para a sua interposição será, portanto, a falta de norma regulamentadora que torne inviáveis os direitos do cidadão.

Ora, se o seu pressuposto básico é a ausência de norma regulamentadora, que impede o cidadão brasileiro de usufruir um direito garantido constitucionalmente, o **objetivo do Mandado de Injunção** não é outro senão buscar, via Judiciário, a efetividade do seu direito por meio de atuação da autoridade a quem compete legislar.

Por isso, “se a **omissão** for estadual, será ajuizado em face da Assembleia legislativa; se for municipal, será ajuizado em face da Câmara Legislativa; agora, se tiver como esfera omissiva a federal, será, em regra, ajuizado em face do Congresso Nacional...”(DALVI, LUCIANO. Direito Constitucional esquematizado. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008, p. 179). No mesmo sentido, é a lição de Pedro Lenza: “No tocante ao pólo passivo da ação, somente a pessoa estatal poderá ser demandada, ou seja, os **entes estatais é que devem regulamentar** as normas constitucionais de eficácia limitada, como o Congresso Nacional”. (Direito Constitucional Esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 740).

O recorrente, no caso, CONFUNDE LEGITIMAÇÃO PASSIVA e **efeitos** do Mandado de Injunção. “Nos tocantes aos **efeitos da decisão**, tanto a doutrina como a jurisprudência são controvertidas. O efeito da decisão não está sedimentado, pois se divide entre o Judiciário fixar um prazo para o Legislativo elaborar a norma ou, se “Decorrido *in albis* o prazo fixado, o autor passaria a ter o direito pleiteado (efeitos *inter partes*). E aqui, várias correntes são defendidas, sem que haja uma posição sedimentada ou uníssona. Já decidiu, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal, a respeito do direito de greve: “O Supremo Tribunal Federal não pode obrigar o

legislativo a legislar, mas apontar a mora e recomendar que a supra. Também não pode assegurar ao impetrante o exercício do direito de greve, porquanto esse exercício está a depender de lei Complementar que lhe estabeleça os termos e limites”. (MORAES, Alexandre. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2007, 22ª. Ed., p. 169).

Como se vê e resta evidenciado, o inciso IV da questão trata do **objetivo do Mandado de Injunção e não dos EFEITOS DA DECISÃO** – esta, sim, matéria realmente controvertida. Daí por que razão não assiste ao recorrente.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

06) O devido processo legal estabelecido como direito do cidadão na Constituição Federal configura dupla proteção ao indivíduo, pois atua no âmbito material de proteção ao direito de liberdade e no âmbito formal, ao assegurar-lhe paridade de condições com o Estado para defender-se.

Com base na afirmação acima, analise as questões a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I** *Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.*
- II** *A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.*
- III** *São admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.*
- IV** *Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.*
- V** *Não haverá prisão civil por dívida, nem mesmo a do depositário infiel.*

A ⇒ *Apenas I, II e IV estão corretas.*

B ⇒ *Apenas I, III e V estão corretas.*

C ⇒ *Apenas III e IV estão corretas.*

D ⇒ *Apenas IV e V estão corretas.*

E ⇒ *Todas as questões estão corretas.*

PARECER:

A afirmativa constante no item V e questionada como correta, apresenta um grave equívoco, ao afirmar que “não haverá prisão civil por dívida...”, pois a Constituição Federal de 1988 prevê, em seu art. 5º., inciso LXVII, que ...”poderá haver a prisão do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia...” Portanto, a prisão por dívida encontra-se prevista na Lei Maior, matéria que também é expressa e determinada pelo art. 19 da Lei N. 5.478/1968 – Lei de Alimentos.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

09) “A administração pública pode ser definida objetivamente como a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para a consecução dos interesses coletivos e subjetivamente como o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado”.

(MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2007, 22ª. ed., p. 310)

Com base no que determina a Constituição Federal a respeito da administração pública é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ *A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, de acordo com a natureza e complexidade do cargo, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão.*

B ⇒ *A Administração pública direta e indireta obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.*

C ⇒ *O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.*

D ⇒ *A Constituição Federal não veda a acumulação remunerada de cargos públicos.*

E ⇒ A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

PARECER:

A Constituição Federal, ao estatuir que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos (art. 37, II), deixa ao critério da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - dependendo do órgão ou instituição ao qual está vinculado o concurso - **determinar se o concurso será realizado somente por provas ou por provas e títulos, uma vez que isso será definido “de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei...”** O que é garantido pela Carta Magna e, portanto, inarredável, é que sejam, sempre, obedecidos os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Não qualquer razão para socorrer o recorrente.

PARECER COMPLEMENTAR:

A Constituição Federal, ao estatuir que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos (art. 37, II), deixa ao critério da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - dependendo do órgão ou instituição ao qual está vinculado o concurso - **determinar se o concurso será realizado somente por provas ou por provas e títulos, uma vez que isso será definido “de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.”** (RTJ 161/831) Nesse sentido, o Supremo Tribunal federal editou a súmula 685: “É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, **sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira** na qual anteriormente investid”.. O Supremo Tribunal Federal, ressalvadas as exceções constitucionais, é intransigente, portanto, em relação à imposição à efetividade do **princípio constitucional do concurso público, como regra** a todas as admissões da administração pública, vedando expressamente a ausência deste postulado. O que é garantido pela Carta Magna e, portanto, inarredável e vedado pela Lei é o ingresso na Administração Pública sem concurso que poderá se dar por intermédio de provas e títulos, conforme o caso. Somente a lei específica para o provimento do cargo vai definir se o concurso será somente de provas ou, cumulativamente, de provas, numa primeira etapa, somado este resultado à apresentação de títulos, em uma segunda etapa. Como se vê, a Carta Magna prevê o **concurso de provas e títulos**. Por esta razão, a questão está absolutamente CORRETA, eis que não contraria qualquer postulado constitucional.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

10) A Constituição brasileira inicia com o **Título I** dedicado aos “princípios fundamentais”, que são as regras informadoras de todo um sistema de normas, as diretrizes básicas do ordenamento constitucional brasileiro. São regras que contêm os mais importantes valores que informam a elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil.

Diante dessa afirmação, analise as questões a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I** *Nas relações internacionais, a República brasileira rege-se, entre outros, pelos seguintes princípios: auto-determinação dos povos, defesa da paz, igualdade entre os Estados, concessão de asilo político.*
- II** *Os princípios não são dotados de normatividade, ou seja, possuem efeito vinculante, mas constituem regras jurídicas efetivas.*
- III** *Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer, pois implica ofensa a todo o sistema de comandos.*
- IV** *São princípios que norteiam a atividade econômica no Brasil: a soberania nacional, a função social da propriedade, a livre concorrência, a defesa do consumidor; a propriedade privada.*
- V** *A diferença de salários, de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil a qualquer dos trabalhadores urbanos e rurais fere o princípio da igualdade do caput do art. 5º da Constituição Federal.*

A ⇒ Apenas I, II, III estão corretas.

B ⇒ Apenas II e IV estão corretas.

C ⇒ Apenas III e V estão corretas.

D ⇒ **Apenas I, III, IV e V estão corretas.**

E ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

PARECER:

O princípio fundamental da **IGUALDADE**, estabelecido no caput do art. 5º. da Constituição Federal, guarda estreita relação com o art. 7º., inc. XXX, da Carta Magna. Veja-se:

“Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à **igualdade**, à segurança e à propriedade.....”

“Art. 7º., inciso XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;”

Não há como se falar em **direitos fundamentais do homem** - art. 5º. da Constituição Federal - sem que haja a finalidade da melhoria de vida aos hipossuficientes, visando à concretização da **igualdade social**. Por esta razão, o art. 1º. da Constituição Federal elenca como FUNDAMENTOS da República Federativa do Brasil:

“Art. 1º., inciso IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;”

Demais disso, conforme explicitado no cabeçalho da questão, o art. 5º. da Constituição Federal **fixa as regras informadoras de todo um sistema de normas, as diretrizes básicas do ordenamento constitucional brasileiro. São regras que contêm os mais importantes valores que informam a elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil. Daí, por que os direitos sociais encontram-se inseridos e integram o comando do art. 5º. Da Carta Magna.**

PARECER COMPLEMENTAR:

O princípio fundamental da **IGUALDADE**, estabelecido no caput do art. 5º. da Constituição Federal, guarda estreita relação com o art. 7º., inc. XXX, da Carta Magna. Veja-se:

“Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à **igualdade**, à segurança e à propriedade.....”

“Art. 7º., inciso XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;”

Não há como se falar em **direitos fundamentais do homem** - art. 5º da Constituição Federal - sem que haja a finalidade da melhoria de vida aos hipossuficientes, visando à concretização da **igualdade social**. Por esta razão, o art. 1º. da Constituição Federal elenca como FUNDAMENTOS da República Federativa do Brasil:

“Art. 1º., inciso IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;”

Demais disso, conforme explicitado no cabeçalho da questão, o art. 5º da Constituição Federal **fixa as regras informadoras de todo um sistema de normas, as diretrizes básicas do ordenamento constitucional brasileiro. São regras que contêm os mais importantes valores que informam a elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil. Daí, por que os direitos sociais encontram-se inseridos e integram o comando do art. 5º. Da Carta Magna.**

Ora, se o princípio da IGUALDADE, ESTABELECIDO NO ART. 5º da Carta Magna, aparece também no inciso XXX do art. 7º. , não há qualquer procedência para aceitar a alegação de que houve erro. Muito antes, pelo contrário, aceitar-se essa alegação, despida de qualquer fundamentação jurídica, seria aceitar que a Constituição Federal de 1988 é uma “colcha de retalhos” e que os DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DO título II, encontram-se dissociados de todos os demais direitos assegurados constitucionalmente ao cidadão brasileiro. Como já dito, é o art. 5º, que **fixa as regras informadoras de todo um sistema de normas, as diretrizes básicas.**

Pertinentes aos direitos do cidadão. Portanto, não há qualquer erro na questão, já que art. 5º. e o inciso XXX do art. 7º, expressam e tratam do mesmo conteúdo da IGUALDADE.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE

CONCURSO PÚBLICO - AGENTE DE POLÍCIA CIVIL

EDITAL Nº 002/SSP/DGPC/ACADEPOL/2014

03 de agosto de 2014

PARECERES DOS RECURSOS

DISCIPLINA: NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO

11) Considere os princípios constitucionais do Direito Administrativo, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I *Pelo princípio da finalidade a atividade administrativa deve orientar-se para atender o interesse público.*
- II *Pelo princípio da publicidade, todos os atos da administração pública devem ser levados ao conhecimento da população.*
- III *Pelo princípio da legalidade presume-se legítimo todo ato administrativo enquanto não for revogado ou declarado nulo.*
- IV *O princípio da impessoalidade funda-se no postulado da isonomia.*

A ⇒ **Apenas I e IV estão corretas.**

B ⇒ **Apenas II, III e IV estão corretas.**

C ⇒ **Apenas I e III estão corretas.**

D ⇒ **Apenas II e III estão corretas.**

E ⇒ **Todas as afirmações estão corretas**

PARECER:

I – **Correta.** O princípio da finalidade está implícito na Constituição, pois decorre do regime democrático e do sistema representativo adotado pelo Brasil, presumindo-se que toda a atuação do Estado seja pautada pelo interesse público, cuja determinação deve ser extraída da Constituição e das leis. Não é a administração pública que determina a finalidade de sua própria atuação, mas sim a Constituição e as leis. O princípio da finalidade, portanto, se resume na supremacia do interesse público, tendo como direção a efetividade da Constituição. Há doutrinadores que enumeram como princípios constitucionais do Direito Administrativo apenas os expressamente contidos no art. 37, da Constituição Federal. Já Hely Lopes Meirelles, soma a esses os princípios da finalidade e da probidade, enquanto Maria Sylvia Di Prietto acrescenta, entre outros, o da supremacia do interesse público, anotando em relação a ele: “Também chamado de princípio da finalidade pública, está presente tanto no momento da elaboração da lei como no momento da sua execução em concreto pela Administração Pública. Ele inspira o legislador e vincula a autoridade administrativa em toda sua atuação”. Para Celso Antônio Bandeira de Mello todo o sistema de Direito Administrativo, a nosso ver, se constrói sobre os mencionados princípios da supremacia do interesse público sobre o particular e indisponibilidade do interesse público pela Administração”. (Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro; Maria Sylvia Di Pietro, Direito Administrativo; Celso Antônio Bandeira de Mello, Curso de Direito Administrativo).

II – **Incorreta.** O princípio constitucional da publicidade tem por objetivo garantir a transparência dos atos administrativos. O sigilo, todavia, é lícito na administração pública, quando a publicidade possa causar lesão a outro direito protegido constitucionalmente, na forma do disposto no art. 5º, LX, da CF/88:” - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem”.

III – **Incorreta.** De acordo com o art. 5º, inciso II, da Constituição Federal, “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. Por esse princípio, o da legalidade, protege-se o indivíduo contra possíveis abusos cometidos pelo Estado e os cometidos pelo próprio indivíduo contra outro indivíduo. Legal é a ação prevista na norma que não contraria disposição da lei ou que está prescrita na lei. De outro lado, todo o ato administrativo é presumivelmente legítimo, mas essa presunção de legitimidade não é absoluta, mas relativa, pois o terceiro que se sentir prejudicado pode recorrer à Administração ou ao Judiciário para provar que o ato partiu, por exemplo, de autoridade incompetente, ou que ele fere o princípio constitucional da moralidade. “Numa cultura jurídica pluralista, democrática e participativa a legitimidade não se funda na legalidade positiva, mas resulta da consensualidade das práticas sociais instituintes e das necessidades reconhecidas como ‘reais’, ‘justas’ e ‘éticas” (Antônio Carmos Wolkmer, Legitimidade e legalidade: uma distinção necessária -

Revista de Informação Legislativa, n. 124). Portanto o ato pode ser legal, segundo a disposição da lei (princípio da legalidade), mas ilegítimo, pois emanado de quem não tinha competência para fazê-lo.

IV – **Correta.** Como determinante de toda a atuação administrativa o princípio da impessoalidade é o dever de imparcialidade, de tratar todos com isonomia, impedindo discriminações e privilégios. A impessoalidade estabelece, ainda, que a decisão administrativa não deve se fundamentar em favoritismos pessoais do administrador público, ou de determinados grupos, na medida em que Administração Pública não deve conter a marca pessoal do administrador, ou seja, os atos públicos não são praticados pelo servidor, e sim pela Administração a que ele pertence (art. 37, § 1º. CF/88). Para Celso Antonio Bandeira de Mello, “a impessoalidade funda-se no postulado da isonomia que determina tratamento igual a todos perante a lei e tem desdobramentos explícitos em variados dispositivos constitucionais, como o art. 37, II que exige concurso público para ingresso em cargo ou emprego público, ou no art. 37, XXI, que exige que as licitações públicas assegurem igualdade de condições a todos os concorrentes (Curso de Direito Administrativo). Assim, não observado o princípio da impessoalidade há afronta ao princípio da isonomia.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

12) Em relação ao abuso de poder na Administração Pública, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I** *Abuso de poder é toda ação ou omissão que, violando dever ou proibição imposta ao agente, propicia, contra ele, medidas disciplinares, civis e criminais.*
- II** *A conduta abusiva dos administradores pode decorrer quando o agente atua fora dos limites da sua competência.*
- III** *O desvio de finalidade desrespeita não só ao princípio constitucional da impessoalidade, mas também ao da moralidade.*
- IV** *O ato praticado com desvio de poder pode ser convalidado.*

A ⇒ Apenas I, III e IV estão corretas.

B ⇒ Apenas II e IV estão corretas.

C ⇒ **Apenas I, II, e III estão corretas.**

D ⇒ Apenas II, III e IV estão corretas.

E ⇒ Todas as afirmações estão corretas

PARECER:

I – **Correta.** Segundo Hely Lopes Meirelles, "(...) o abuso do poder ocorre quando a autoridade, embora competente para praticar o ato, ultrapassa os limites de suas atribuições ou se desvia das finalidades administrativas. O gênero abuso de poder divide-se em excesso de poder e desvio de finalidade ou de poder." Dentre as medidas disciplinares, civis e criminais a que se sujeitam os agentes que atuam com abuso de poder estão as previstas na Lei de Improbidade Administrativa (8.429/92): "Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência".

II – **Correta.** Segundo Maria Sylvia Di Pietro "o excesso de poder ocorre quando o agente público excede os limites de sua competência" (*apud* Direito Administrativo Descomplicado de Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo).

III – **Correta.** Para Cretella Júnior: "Desvio de poder é o uso indevido que o agente público faz do poder para atingir fim diverso do que a lei lhe confere" ... é "desvio do poder discricionário". É o afastamento da finalidade do ato. (José Cretella Júnior, Manual de Direito Administrativo). E ainda Cretella Jr.: "O não atendimento do fim público ou se a decisão administrativa for fundamentada em favoritismos pessoais do administrador público, ou de determinados grupos (princípio da impessoalidade), considera-se haver vício de finalidade ou desvio de poder. Os vícios de finalidade ou do fim dos atos administrativos "escondem a intenção do administrador sob a capa da legalidade". (Controle Jurisdicional do Ato Administrativo). O ato da autoridade, para ser irrepreensível, deve coadunar-se com a lei, com a moral e com o interesse público. Sem esses requisitos, o ato administrativo expõe-se à nulidade (Cretella Jr.). Ver, tb., Direito Administrativo Descomplicado de Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo. Nesse sentido: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA - SINDICATO - LIBERDADE SINDICAL - CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA - ATO ADMINISTRATIVO DETERMINANDO A SUSPEN-

SÃO DOS DESCONTOS DE CONTRIBUIÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO - DESVIO DE FINALIDADE - ATO ABUSIVO - CUNHO EMINENTEMENTE POLÍTICO - DIREITO LÍQUIDO E CERTO - INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA MORALIDADE, FINALIDADE E LIBERDADE SINDICAL. 1. Ainda que a lei estadual dê ampla margem discricionária à autoridade administrativa para retirar a consignação em folha de pagamento da contribuição voluntária devida pelos filiados do Sindicato, impossível assim proceder por revidação estritamente política. 2. Ocorre desvio de poder e, portanto, invalidade, quando o agente serve-se de um ato para satisfazer finalidade alheia à natureza do ato utilizado. 3. Nenhum ato é totalmente discricionário, pois será sempre vinculado, ao menos no que diz respeito, ao fim e à competência. 4. Ato abusivo que vai de encontro ao princípio da *moralidade*, *impessoalidade* e liberdade sindical, vistos nos arts. 37 e 8º, inciso I, da Constituição Federal, bem como art. 2º, item I, da Convenção 98 da OIT, ex vi do art. 5º, § 2º, da Constituição Federal. 5. Direito líquido e certo configurado. Recurso ordinário conhecido e provido, para anular o ato coator." (RMS 17.081-PE, Ministro Humberto Martins, DJ 09/03/2007).

IV – **Incorreta**. "O não atendimento do fim público ou se a decisão administrativa for fundamentada em favoritismos pessoais do administrador público, ou de determinados grupos (princípio da impessoalidade), caracteriza o vício de finalidade ou desvio de poder. Os vícios de finalidade ou do fim dos atos administrativos "escondem a intenção do administrador sob a capa da legalidade". Assim é que "demonstrados, mediante prova irrefutável, permitem o controle jurisdicional da medida viciada, por desvio de poder, acarretando a anulação do ato, eivado desse defeito ou vício" (José Cretella Jr. - Controle Jurisdicional do Ato Administrativo). Anota ainda o autor sua obra "O desvio de Poder na Administração Pública: "o desvio de poder ... denota que se trata de aspecto vicioso do ato administrativo que, ultrapassando-lhe a epiderme, chega ao próprio cerne da medida, devassando a intenção do administrador e eivando de nulidade a providência tomada. Trata-se de distorção da discricionariedade de que é detentor o agente público, que se inclina fundado no interesse próprio e não no interesse da Administração". O ato da autoridade, para ser irrepreensível, deve coadunar-se com a lei, com a moral e com o interesse público. Sem esses requisitos, o ato administrativo expõe-se à nulidade (Cretella Jr.).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

13) Quando o Poder Público interfere na órbita do interesse privado para salvaguardar o interesse público, restringindo direitos individuais, atua no exercício do poder:

A ⇒ hierárquico.

B ⇒ disciplinar.

C ⇒ **de polícia**.

D ⇒ regulamentar.

E ⇒ vinculado.

PARECER:

A) **Incorreta**. Poder hierárquico: Para Hely Lopes Meirelles poder hierárquico significa escalonar, estruturar, hierarquizar os quadros da Administração, constituindo assim uma relação hierárquica (Direito Administrativo Brasileiro). Poder hierárquico é o de que dispõe o Executivo para organizar e distribuir as funções de seus órgãos, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.

B) **Incorreta**. Poder disciplinar: faculdade da Administração de punir internamente as infrações funcionais de seus servidores ou infrações administrativas cometidas por particulares a ela ligados mediante algum vínculo jurídico específico (Direito Administrativo Descomplicado de Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo).

C) **Correta**. Poder de Polícia: "Poder de polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado" (Hely Lopes Meirelles)

D) **Incorreta**. Poder regulamentar: De acordo com Maria Sylvia Zanella Di Pietro (Direito Administrativo), o poder regulamentar é considerado "uma das formas pelas quais se expressa a função normativa do Poder Executivo", definindo-se como "o que cabe ao chefe do Poder Executivo da União, dos Estados e dos Municípios, para editar normas complementares à lei, para sua fiel execução".

E) **Incorreta**. Poder Vinculado: Para Hely Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro) o poder vinculado ou regrado é aquele que a lei (Direito Positivo) confere à Administração Pública para a prática de atos de sua competência, determinando os elementos e requisitos necessários à sua formalização. A seu turno, Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo dizem que o Poder vinculado confere uma liberdade mínima ou inexistente à Administração Pública e que todos os atos administrativos são vinculados quanto aos requisitos de competência, finalidade e forma. (Direito Administrativo Descomplicado),

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

14) Dentre as alternativas a seguir assinale aquela que **não** se aplica aos Agentes Públicos.

A ⇒ Toda pessoa natural que presta serviço público, ainda que transitoriamente ou sem remuneração.

B ⇒ **Toda pessoa, física ou jurídica, que presta serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da administração indireta.**

C ⇒ Prestam serviço por nomeação, eleição, designação ou ainda em virtude de investidura em cargo público ou função pública.

D ⇒ Estão abrangidos por esse conceito desde os titulares dos poderes do Estado até pessoas que se vinculam contratualmente com o Poder Público, como é o caso dos concessionários.

E ⇒ São cidadãos convocados, designados ou nomeados para prestar, transitoriamente, determinados serviços ao Estado, mas sem qualquer vínculo empregatício ou estatutário.

PARECER:

A – C – D – E - **Corretas**. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8429/92) conceitua agente público como “*todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior*”.

B) - **Incorreta** – As pessoas jurídicas não estão enquadradas no conceito de Agentes Públicos.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

15) Tendo em vista a classificação dos atos administrativos, correlacione as colunas a seguir.

- (1) *Quanto ao alcance (...)*
- (2) *Quanto aos destinatários (...)*
- (3) *Quanto à intervenção da vontade administrativa (...)*
- (4) *Quanto ao conteúdo (...)*
- (5) *Quanto às prerrogativas da Administração Pública (...)*

- () *gerais e individuais.*
- () *internos e externos.*
- () *constitutivos, declaratórios, desconstitutivos, modificativos.*
- () *simples, compostos, complexos.*
- () *atos de império, de gestão e de expediente.*

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ 3 - 4 - 5 - 1 - 2

B ⇒ 1 - 3 - 2 - 4 - 5

C ⇒ 2 - 5 - 3 - 1 - 4

D ⇒ 4 - 2 - 1 - 3 - 5

E ⇒ **2 - 1 - 4 - 3 - 5**

PARECER:

Atos administrativos: *quanto aos destinatários: gerais* (aqueles expedidos sem destinatários determinados, com finalidade normativa, alcançando todos os sujeitos que se encontrem na mesma situação de fato abrangida por seus preceitos) e *individuais* (todos aqueles que se dirigem a destinatários certos, criando-lhes situação jurídica particular); *quanto ao alcance: internos* (destinados a produzir efeitos no recesso das repartições administrativas, e por isso mesmo incidem, normalmente, sobre os órgãos e agentes da Administração que os expediram) e *externos* (são todos aqueles que alcançam os administrados, os contratantes e, em certos casos, os próprios servidores, provendo sobre seus direitos, obrigações, negócios ou conduta perante a Administração); *quanto ao conteúdo: constitutivos* (é aquele por meio do qual a Administração cria, modifica ou extingue um direito ou situ-

ação do administrado), *declaratórios* (é aquele em que a Administração apenas reconhece um direito preexistente), *desconstitutos* (é o que põe termo a determinada situação jurídica), *modificativos* (os que alteram situações pré-existentes, sem extinguir direitos nem obrigações; *quanto à intervenção da vontade administrativa: simples* (é o que resulta da manifestação de vontade de um único órgão, unipessoal ou colegiado, ou de apenas um agente público), *compostos* (é o que resulta da vontade única de um órgão ou agente, mas depende da aprovação, ratificação ou confirmação por parte de outro para produzir seus efeitos) e *complexos* (é aquele que se forma pela conjugação de vontades de mais de um órgão (dois ou mais órgãos) ou agentes. O ato complexo somente estará formado quando todas as vontades exigidas forem declaradas); *quanto às prerrogativas da Administração Pública: atos de império* (todos aqueles que a Administração pratica usando de sua supremacia sobre o administrado ou servidor e lhes impõe obrigatório atendimento), *de gestão* (são os que a Administração pratica sem usar de sua supremacia sobre os destinatários; ocorre nos atos puramente de administração dos bens e serviços públicos e nos negociais com os particulares, que não exigem coerção sobre os interessados) e *de expediente* (que se destinam a dar andamento aos processos e papéis que tramitam pelas repartições públicas, preparando-os para a decisão de mérito a ser proferida pela autoridade competente). – Fontes: Hely Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro); Maria Sylvia Zanella Di Pietro (Direito Administrativo), Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo (Direito Administrativo Descomplicado, José dos Santos Carvalho Filho (Manual de Direito Administrativo)

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

16) Sobre contrato administrativo é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento.

B ⇒ Contrato administrativo é o ajuste que a Administração Pública, agindo nessa qualidade, firma com particular ou outra entidade administrativa para a consecução de objetivos de interesse público, nas condições estabelecidas pela própria Administração.

C ⇒ A suspensão da execução contratual, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 dias, não é considerada como hipótese de rescisão administrativa unilateral do contrato administrativo.

D ⇒ É condição indispensável para a eficácia legal do contrato a publicação resumida de seu termo e de aditamentos, na forma de extratos, na imprensa oficial.

E ⇒ **A rescisão unilateral do contrato administrativo por parte da Administração Pública pode ocorrer nos casos previstos em lei, sem gerar o dever de indenizar.**

PARECER:

A) – **Correta.** Art. 60, Parágrafo único, da Lei 8666/93. “É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" desta Lei, feitas em regime de adiantamento”.

B) – **Correta.** Para Hely Lopes Meirelles contrato administrativo “é o ajuste que a administração pública, agindo nessa qualidade, firma com particular ou entidade administrativa para a consecução de objetivos com interesse público, nas condições estabelecidas pela própria administração. (Direito Administrativo Brasileiro).

C) – **Correta.** Os casos de rescisão unilateral do contrato pela Administração são os contidos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8666/93. A assertiva está contida apenas nas hipóteses de rescisão do contrato, consoante o inciso XIV do art. 78 da Lei 8.666/93.

D) – **Correta.** Lei 8.666/93 - Art. 61. Parágrafo único: “A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.”

E) – **Incorreta** – São causas de rescisão unilateral do contrato administrativo, além das contidas nos incisos I a XI do artigo 78 da Lei 8.666/93, as disposições do inciso XII do mesmo artigo e Lei (razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato) e as do inciso XVII, também do art. 78 (a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato). Nesses dois últimos casos, a própria Lei 8666/93 determina que, não havendo culpa do contratado, “será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido” (Art. 79, § 2º). Portanto, casos há, previstos na própria Lei 8666/93, em que, mesmo em se tratando de rescisão unilateral, tem a Administração o dever de indenizar o contratado que agiu sem culpa.

PARECER COMPLEMENTAR:

A questão apenas solicita seja assinalada qual das assertivas não se encontrava em consonância com as disposições relativas ao contrato administrativo e a Lei 8666/93 prevê, especificamente, em seu artigo 79, I, a possibilidade de rescisão unilateral do contrato por parte da Administração. Isso não significa que a rescisão não seja precedida do devido processo administrativo, até porque toda decisão de rescisão unilateral do contrato deverá ser, obrigatoriamente, motivada, conforme, por exemplo, previsto nos incisos XII, do art. 78, da Lei 8666/93, podendo, até, ser submetida à análise do Poder Judiciário se o contratado se sentir lesado.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: **Manter a questão e o gabarito divulgado.**

=====

QUESTÃO

17) Além dos princípios gerais do Direito Administrativo, qual, dentre os princípios básicos dos serviços públicos, determina que o serviço público seja prestado *erga omnes*?

- A ⇒ Continuidade.
- B ⇒ Modicidade.
- C ⇒ Supremacia do interesse público.
- D ⇒ **Generalidade.**
- E ⇒ Obrigatoriedade.

PARECER:

- A) - **Incorreta** - Continuidade: O serviço público deve ser prestado de maneira contínua, o que significa dizer que não é passível de interrupção.
- B) - **Incorreta** - Modicidade: as tarifas devem ser cobradas em valores que facilitem o acesso ao serviço posto a disposição do usuário.
- C) – **Incorreta** - O princípio da supremacia do interesse público fundamenta a existência das prerrogativas ou dos poderes especiais da administração pública, dos quais decorre a denominada verticalidade nas relações administração-particular. Toda a relação em que exista imperatividade, em que sejam impostas, unilateralmente, obrigações para o administrado, ou em que seja restringido ou condicionado o exercício de atividades ou de direitos dos particulares é respaldada pelo princípio da supremacia do interesse público”. Portanto, a supremacia do interesse público não é um serviço público prestado pelo Estado.
- D) – **Correta** - Além dos princípios gerais do Direito Administrativo, há os princípios específicos previstos no artigo 6º da Lei 8.987/95: “*Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato. § 1º - Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.* De acordo com princípio da generalidade, todos os usuários que satisfaçam as condições legais fazem jus à prestação do serviço, sem qualquer discriminação, privilégio, ou abusos de qualquer ordem. O serviço público deve ser estendido ao maior número possível de interessados, sendo que todos devem ser tratados isonomicamente. Deve ser prestado erga omnes, ou seja, à coletividade em geral, de forma universal e indistinta.
- E) – **Incorreta**. Obrigatoriedade: encargo inescusável que deve ser prestado pelo Poder Público de forma direta ou indireta. A Administração Pública responderá pelo dano causado em decorrência de sua omissão.
(Fonte: Celso Ribeiro Bastos - Curso de direito administrativo; Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo - Direito Administrativo Descomplicado).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: **Manter a questão e o gabarito divulgado.**

=====

QUESTÃO

18) Qual das características abaixo **não** se aplica às autarquias?

- A ⇒ Possuem administração e receitas próprias.
- B ⇒ **Têm capacidade política.**
- C ⇒ Executam atividades típicas da Administração Pública Direta.
- D ⇒ Criadas para prestar serviço autônomo.
- E ⇒ São extintas por lei.

PARECER:

Art. 5º, inciso I, do Decreto-lei 200/67 – “Para os fins desta lei, considera-se: I - Autarquia - o *serviço autônomo, criado por lei*, com personalidade jurídica, *patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública*, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada”. Se criadas por lei, só por lei serão extintas (princípio da simetria das formas jurídicas). A autarquia é uma entidade meramente administrativa, não possui capacidade política (o poder de legislar, de criar o próprio direito) - Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo (Direito Administrativo Descomplicado).

PARECER COMPLEMENTAR:

A expressão criada por “lei específica” constante da redação do art. 37, XIX, da CF/88, significa que a lei que dispor sobre a constituição de uma autarquia somente poderá tratar desse assunto e de nenhum outro, como sói acontecer com algumas leis que, em seu corpo, trazem assuntos diversos, contendo disposições que se refletem em várias esferas da administração. Para cada autarquia deve ser editada uma lei. Além disso, o dispositivo constitucional se refere à lei, não acrescentando “complementar”, o que se traduz que as autarquias podem ser criadas pela edição de lei ordinária.

No mais, prevalece a definição do art. 5º, do Decreto-lei 200/67 – “Para os fins desta lei, considera-se: I - Autarquia - o *serviço autônomo, criado por lei*, com personalidade jurídica, *patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública*, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada”. Se criadas por lei, só por lei serão extintas (princípio da simetria das formas jurídicas). A autarquia é uma entidade meramente administrativa, não possui capacidade política (o poder de legislar, de criar o próprio direito) - Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo (Direito Administrativo Descomplicado).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

19) Considerando as modalidades de licitação, faça a correspondência entre as colunas a seguir.

- (1) Convite
- (2) Tomada de preços
- (3) Concurso
- (4) Leilão
- (5) Pregão

- () *É a modalidade de licitação entre cadastrados ou outros interessados que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data fixada para o recebimento das propostas.*
- () *É a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três.*
- () *É a modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, entre quaisquer interessados, por meio da instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital.*
- () *É a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, independentemente do valor estimado da contratação, em que a disputa pelo fornecimento é feita por meio de propostas e lances. Pode ser realizado na forma presencial, com o comparecimento dos licitantes na sessão pública, ou na forma eletrônica, que envolve a utilização de recursos de tecnologia da informação.*
- () *É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para alienação de bens imóveis cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.*

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ 1 - 2 - 5 - 4 - 3

B ⇒ 2 - 1 - 3 - 5 - 4

C ⇒ 4 - 5 - 1 - 2 - 3

D ⇒ 3 - 5 - 4 - 1 - 2

E ⇒ 1 - 2 - 4 - 3 - 5

PARECER:

B) **Correta.** Lei 8666/93- Art. 22: § 2º - *Tomada de preços*: Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação; § 3º - *Convite* é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas; § 4º *Concurso* é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias; *Pregão*: Lei 10.520/2002 e Decreto 3.555/2000 - Art. 2º Pregão é a modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais; *Leilão*: Lei 8666/93, art. 22, § 5º - é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação. (Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo (Direito Administrativo Descomplicado e Licitações e Contratos – Orientações e Jurisprudência do TCU).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito

=====

QUESTÃO

20) Considerando a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ A culpa concorrente da vítima é causa excludente da responsabilidade civil do Estado.

B ⇒ A responsabilidade civil do Estado por danos nucleares depende da existência de culpa.

C ⇒ São requisitos para configuração da responsabilidade civil do Estado: ocorrência do dano, ação ou omissão administrativa, existência denexo causal entre o dano e a ação ou omissão administrativa, ausência de causa excludente da responsabilidade estatal.

D ⇒ O Estado é responsável e obrigado a indenizar os danos causados somente por atos ilícitos de seus agentes.

E ⇒ Caracteriza a responsabilidade objetiva a necessidade de o lesado provar a existência da culpa do agente ou do serviço público.

PARECER:

A) – **Incorreta.** A culpa concorrente da vítima não exclui a responsabilidade civil do Estado, como já decidiu o STJ no REsp 1325336 - PR - Ministro Herman Benjamin “ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. DANOS MORAIS.VAZAMENTO DE SUBSTÂNCIA TÓXICA. Mergulhador contratado para inspeção. Falecimento. Culpa concorrente. Indenização. Violação do art. 535 Inexistente. Revisão da culpabilidade. Súmula 7/STJ.” ... “4. A caracterização da culpa concorrente não afasta o liame da responsabilidade da Petrobras, o que se cogitaria em casos de culpa exclusiva. A ponderação entre a participação no evento atribuída a cada uma das partes foi objeto de valoração pelo Tribunal de origem”. (DJ 10/05/2013).

B) – **Incorreta.** Art. 21, XXIII, “d” da CF/88: “a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa”.

C) – **Correta.** São requisitos para a configuração da responsabilidade civil do Estado: a) ocorrência do dano a terceiro, servidor público ou não; b) ação ou omissão administrativa; c)nexo causal entre o dano e a ação ou a omissão administrativa; d) a ausência de causa excludente da responsabilidade estatal. (Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro; José Cretella Júnior, Curso de Direito Administrativo; Odete Medauar, Direito Administrativo Moderno; Celso Ribeiro Bastos, Curso de Direito Administrativo). Nesse sentido, decisão do STF: “EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – INOCORRÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU OMISSÃO – PRETENDIDO REEXAME DA CAUSA – CARÁTER INFRINGENTE – INADMISSIBILIDADE – RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DO PODER PÚBLICO – ELEMENTOS ESTRUTURAIS – TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO – FATO DANOSO (MORTE) PARA O OFENDIDO (MENOR IMPÚBERE) RESULTANTE DE TRATAMENTO MÉDICO INADEQUADO EM HOSPITAL PÚBLICO – PRESTAÇÃO DEFICIENTE, PELO DISTRITO FEDERAL, DO DIREITO FUNDAMENTAL A SAÚDE, INDISSOCIÁVEL DO DIREITO À VIDA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. “ ... - Os elementos que compõem a estrutura e delineiam o perfil da responsabilidade civil objetiva do Poder Público compreendem (a) a alteridade do dano, (b) a causalidade material entre o “eventus damni” e o comportamento positivo (ação) ou negativo (omissão) do agente público, (c) a oficialidade da atividade causal e lesiva imputável a agente do Poder Público que tenha, nessa específica condição, incidido em conduta comissiva ou omissiva, independentemente da licitude, ou não, do comportamen-

to funcional e (d) a ausência de causa excludente da responsabilidade estatal. Precedentes. A omissão do Poder Público, quando lesiva aos direitos de qualquer pessoa, induz à responsabilidade civil objetiva do Estado, desde que presentes os pressupostos primários que lhe determinam a obrigação de indenizar os prejuízos que os seus agentes, nessa condição, hajam causado a terceiros. Doutrina. Precedentes.” ... “- Configuração de todos os pressupostos primários determinadores do reconhecimento da responsabilidade civil objetiva do Poder Público, o que faz emergir o dever de indenização pelo dano pessoal e/ou patrimonial sofrido”(AI 734689 AgR-ED, Ministro Celso de Mello, DJ 24-08-2012).

D) – **Incorreta.** Nesse sentido, decisão do STJ; “CONSTITUCIONAL. CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. C.F., 1967, art. 107. C.F./88, art. 37, par-6.. I. A responsabilidade civil do Estado, responsabilidade objetiva, com base no risco administrativo, que admite pesquisa em torno da culpa do particular, para o fim de abrandar ou mesmo excluir a responsabilidade estatal, ocorre, em síntese, diante dos seguintes requisitos: a) do dano; b) da ação administrativa; c) e desde que haja nexo causal entre o dano e a ação administrativa. *A consideração no sentido da licitude da ação administrativa é irrelevante, pois o que interessa, é isto: sofrendo o particular um prejuízo, em razão da atuação estatal, regular ou irregular, no interesse da coletividade, é devida a indenização, que se assenta no princípio da igualdade dos ônus e encargos sociais.* II. Ação de indenização movida por particular contra o Município, em virtude dos prejuízos decorrentes da construção de viaduto”. (RE 113587- SP – Ministro Carlos Velloso – DJ 03/4/1992).

E) - **Incorreta.** “Art. 37 (...) § 6º, da CF/88 – *“As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.”* Assim, o Estado responde pela simples existência de nexo causal entre a atividade administrativa e o dano sofrido. Nesse sentido: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALECIMENTO DE MILITAR NOCUMPRIMENTO DO SERVIÇO. DANOS MORAIS. CABIMENTO. *COMPROVAÇÃO DE CULPA OU DOLO. PRESCINDIBILIDADE. TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO. JUROS MORATÓRIOS. 12% AO ANO A PARTIR DO CC/2002. MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO*”. ... “7. *Em se tratando de responsabilidade objetiva do Estado, fundada no risco administrativo, o direito dos autores à indenização prescinde da apreciação dos elementos subjetivos (dolo ou culpa estatal), porquanto suposto vício na manifestação da vontade teria lugar apenas em ação de regresso, o que não se aplica no caso concreto.* Precedentes do STJ.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE

CONCURSO PÚBLICO - AGENTE DE POLÍCIA CIVIL

EDITAL Nº 002/SSP/DGPC/ACADEPOL/2014

03 de agosto de 2014

PARECERES DOS RECURSOS

DISCIPLINA: NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO

21) De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa **correta**.

A⇒ A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.

B⇒ A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas jurisdições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.

C⇒ Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado somente mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

D⇒ O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá ser iniciado por determinação da autoridade policial.

E⇒ Nos crimes de ação privada, a autoridade policial não poderá proceder a inquérito quando for a requerimento apenas da vítima, pois depende da aprovação do representante do Ministério Público.

PARECER:

A questão deve ser mantida, pois a letra “A” traduz o disposto no *caput* artigo 3º do Código de Processo Penal Brasileiro, quando fala dos Princípios Gerais de Direito na aplicação da lei processual penal, não havendo alternativa que também esteja correta, quando as letras “B”, “C”, “D” e “E”, afrontam o disposto nos artigos 4º;5º, inciso II; 5º, § 4º e 5º, §5º, respectivamente do CPP., todos passíveis de perquirição uma vez que constam do Programa publicado no Edital do Certame.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

22) Considere os Princípios Constitucionais e assinale a alternativa **correta**.

A⇒ O Princípio Constitucional da Imparcialidade do Juiz traz as garantias asseguradas pela motivação das decisões judiciais, sendo que, dentre elas, pode-se citar o controle da administração da justiça e o controle de racionalidade do juiz ao decidir.

B⇒ O Princípio Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa garante que, aos litigantes, exclusivamente no processo penal, e aos acusados em geral, são assegurados o contraditório e ampla defesa com os meios e recursos a ela inerentes.

C⇒ O Princípio Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa garante que aos litigantes em processo judicial ou administrativo e aos acusados em geral, são assegurados o contraditório e ampla defesa com os meios e recursos a ela inerentes.

D⇒ O Princípio Constitucional da Inadmissibilidade da Prova Obtida por Meios Ilícitos garante que o processo penal não deve encontrar limites na forma ou na iniciativa das partes, impondo-se-lhe como objetivo principal a busca e o descobrimento da verdade real, material, cabendo ao magistrado verificar além dos parâmetros artificiais da verdade formal.

E⇒ O Princípio Constitucional da Imparcialidade do Juiz traz as garantias de que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

PARECER:

A questão deve ser mantida, pois correta a alternativa “C”, em conformidade com o inciso LV, do art. 5º da Constituição Federal. Desta feita, estão incorretas as alternativas, quando trazem definições equivocadas dos Princípios Constitucionais da Imparcialidade do Juiz, do Contraditório e da Ampla Defesa, da Inadmissibilidade

da Prova Obtida por Meios Ilícitos e Imparcialidade do Juiz, constantes das alternativas “A”, “B”, “D” e “E”, respectivamente.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito.

=====

QUESTÃO

23) Considerando as disposições do Código de Processo Penal com relação à Ação Penal, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I** *Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.*
- II** *No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão da autoridade policial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.*
- III** *A representação será irretroatável depois de oferecida a denúncia.*
- IV** *Será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial.*

A⇒Apenas I, II e III estão corretas.

B⇒Apenas II e III estão corretas.

C⇒Apenas a afirmação IV está correta.

D⇒Apenas I, III e IV estão corretas.

E⇒Todas as afirmações estão corretas.

PARECER: A questão deve ser anulada, pois não contempla alternativa correta a ser assinalada.

PARECER COMPLEMENTAR:

O Candidato apresenta impugnação da Questão 21 alegando, em síntese, que a alternativa correta encontra resposta no *caput* artigo 3º do Código de Processo Penal Brasileiro e que esse ponto não estava previsto no Edital. Todavia, olvida que faz parte do Programa a possibilidade de perquirição sobre “Princípios constitucionais e infraconstitucionais do Direito Penal”, ou seja, exatamente assunto constante da alternativa apontada como correta.

De outra banda, Jurisdição e Circunscrição não são sinônimas, pois a primeira exprime a capacidade de dizer o Direito, prerrogativa do Poder Judiciário.

O Parecer foi pela Anulação da Questão 23, portanto, qualquer discussão perdeu seu objeto.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Anular a questão.

=====

QUESTÃO

24) De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa **correta**.

A⇒ Se o querelante for menor de 21 e maior de 18 anos, o direito de perdão poderá ser exercido apenas por seu representante legal.

B⇒ O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, inclusive em relação ao que o recusar.

C⇒ *A renúncia ao exercício do direito de queixa em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.*

D⇒ Se o querelado for mentalmente enfermo ou retardado mental e não tiver representante legal, ou colidirem os interesses deste com os do querelado, a aceitação do perdão caberá ao curador que a autoridade policial lhe nomear.

E⇒ Concedido o perdão, mediante declaração expressa nos autos, o querelado será intimado a dizer, dentro de três dias, se o aceita, devendo, ao mesmo tempo, ser cientificado de que o seu silêncio importará recusa.

PARECER:

A questão deve ser mantida, pois a letra “C” traduz o disposto no *caput* artigo 49 do Código de Processo Penal Brasileiro, não havendo alternativa que também esteja correta, quando as letras “A”, “B”, “D” e “E”, afrontam o disposto nos artigos 52, 51, 53 e 58, respectivamente, do CPP.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

25) Considerando as disposições do Código de Processo Penal relativas à prova, assinale a alternativa **correta**.

A⇒ Serão sujeitos a exame os instrumentos empregados para a prática da infração, a fim de se lhes verificar a propriedade.

B⇒ *Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar por determinação da autoridade policial ou judiciária, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do ofendido ou do acusado, ou de seu defensor.*

C⇒ Proceder-se-á, necessariamente e em qualquer hipótese, a avaliação de coisas destruídas, deterioradas ou que constituam produto do crime.

D⇒ O juiz que não possuir conhecimento específico quanto ao objeto da perícia ficará adstrito ao laudo elaborado pelo perito oficial.

E⇒ O juiz ou a autoridade policial negará a perícia requerida pelas partes quando não for necessária ao esclarecimento da verdade, inclusive no caso de exame de corpo de delito.

PARECER:

A questão deve ser mantida, pois a letra “B” traduz o disposto no artigo 168 do Código de Processo Penal Brasileiro, não havendo alternativa que também esteja correta, quando as letras “A”, “C”, “D” e “E”, afrontam o disposto nos artigos 175, 172, 155 e 184, respectivamente, do CPP.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: **Manter a questão e o gabarito divulgado.**

=====

QUESTÃO

26) De acordo com o Código de Processo Penal, identifique as atividades que são de incumbência da autoridade policial.

I *Cumprir os mandados de prisão expedidos pelo Ministério Público.*

II *Fornecer às autoridades judiciárias as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos.*

III *Realizar as diligências requisitadas pelo Juiz ou pelo Ministério Público.*

IV *Representar acerca da prisão preventiva.*

Assinale a alternativa **correta**.

A⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

B⇒ *Apenas II, III e IV estão corretas.*

C⇒ Apenas II e IV estão corretas.

D⇒ Todas estão corretas.

E⇒ Todas estão incorretas.

PARECER:

A questão deve ser mantida, pois a letra “B” traduz o disposto no artigo 13 do Código de Processo Penal Brasileiro, não havendo alternativa que também esteja correta, na medida em que as letras “A”, “C”, “D” e “E”, afrontam os incisos do mesmo dispositivo legal (Art. 13).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: **Manter a questão e o gabarito divulgado.**

=====

QUESTÃO

27) De acordo com o Código de Processo Penal, o interrogatório será constituído de duas partes: sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos.

Na segunda parte será perguntado ao acusado sobre:

I *onde estava ao tempo em que foi cometida a infração e se teve notícia desta.*

II *se conhece as vítimas e testemunhas já inquiridas ou por inquirir, desde quando, e se tem o que alegar contra elas.*

- III** sua residência, meios de vida ou profissão, oportunidades sociais, lugar onde exerce a sua atividade.
- IV** sua vida pregressa, notadamente se foi preso ou processado alguma vez e, em caso afirmativo, qual o juízo do processo.

Assinale a alternativa **correta**.

A⇒ Apenas I, III e IV estão corretas.

B⇒ Apenas II e III estão corretas.

C⇒ Apenas III e IV estão corretas.

D⇒ **Apenas I, II estão corretas.**

E⇒ Todas estão corretas.

PARECER:

A questão deve ser mantida, pois a letra “D” traduz o disposto nos incisos do §2º do artigo 187 do Código de Processo Penal Brasileiro, não havendo alternativa que também esteja correta, quando as letras “A”, “B”, “C” e “E”, afrontam outros incisos do mesmo dispositivo legal (Art. 187).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

28) De acordo com o Código de Processo Penal, determinará a competência jurisdicional, dentre outras situações, **exceto**:

A⇒ a prevenção e a prerrogativa de função.

B⇒ o lugar da infração.

C⇒ a natureza da infração.

D⇒ a distribuição, a conexão ou continência.

E⇒ **a idade do réu.**

PARECER:

A questão deve ser mantida, pois a letra “E” traz informação equivocada, conforme a solicitação do seu enunciado. Corretas as letras “A”, “B”, “C” e “D”, quando traduzem o disposto nos incisos do artigo 69 do Código de Processo Penal. Por oportuno, o enunciado é expresso em perquirir sobre a competência jurisdicional, ou seja, a fixação das atribuições de cada um dos órgãos jurisdicionais. Saliente-se, ainda, que a alternativa “E” traz a expressão “idade do réu”, inaplicável ao menor de 18 anos, que apenas pode ser apontado como “infrator”, na forma do ECA.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

29) De acordo com o Código de Processo Penal, e relativamente à Busca e Apreensão, assinale a alternativa **correta**.

A⇒ **A busca pessoal independe de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.**

B⇒ O mandado de busca deverá indicar, com exata precisão, a casa em que será realizada a diligência e o nome do respectivo proprietário ou morador, ou, no caso de busca pessoal, o nome da pessoa que terá de sofrer-lá.

C⇒ O mandado de busca deverá ser subscrito pelo Agente de Polícia e assinado pelo escrivão ou pela autoridade que o fizer expedir.

D⇒ Será permitida a apreensão de qualquer documento em poder do defensor do acusado.

E⇒ As buscas domiciliares serão executadas a qualquer hora do dia, independentemente do consentimento do morador.

PARECER:

A questão deve ser mantida, pois a letra “A” traduz o disposto no *caput* artigo 244 do Código de Processo Penal Brasileiro, não havendo alternativa que também esteja correta, quando as letras “B”, “C”, “D” e “E”, afrontam o disposto nos artigos 243, I; 243, III; 243, § 2º e 245, respectivamente, do CPP.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

30) De acordo com o Código de Processo Penal, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I** *Considera-se em flagrante delito quem é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.*
- II** *Quando o acusado se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto de prisão em flagrante será assinado por três testemunhas que tenham presenciado o interrogatório.*
- III** *Apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o condutor e as testemunhas que o acompanharam e interrogará o acusado sobre a imputação que lhe é feita, lavrando-se auto, que será por todos assinado.*
- IV** *A falta de testemunhas da infração não impedirá o auto de prisão em flagrante, mas, nesse caso, com o condutor, deverão assiná-lo pelo menos duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.*

A⇒ Apenas I e IV estão corretas.

B⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

C⇒ Apenas II e III estão corretas.

D⇒ Apenas III e IV estão corretas.

E⇒ Todas as afirmações estão corretas.

PARECER:

A questão deve ser mantida, pois a letra “A” traduz o disposto nos artigos 302, III e 304, § 2º do Código de Processo Penal Brasileiro, não havendo alternativa que também esteja correta, pois as demais afirmativas afrontam o disposto nos artigos 304, § 3º e 304, *caput*, respectivamente, do CPP. Por oportuno, a afirmativa III está equivocada quando reproduz redação revogada do artigo 304 do CPP, na forma da Lei nº 11.113, de 2005.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito.

Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE

CONCURSO PÚBLICO - AGENTE DE POLÍCIA CIVIL

EDITAL Nº 002/SSP/DGPC/ACADEPOL/2014

03 de agosto de 2014

PARECERES DOS RECURSOS

DISCIPLINA: NOÇÕES DE DIREITO PENAL

QUESTÃO

31) Acerca dos princípios constitucionais e infraconstitucionais do Direito Penal, é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ A lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes: a) privação ou restrição da liberdade; b) perda de bens; c) multa; d) prestação social alternativa; e) suspensão ou interdição de direitos.

B ⇒ O princípio da intervenção mínima preconiza que a criminalização de uma conduta só se legitima se constituir meio necessário para a proteção de determinado bem jurídico.

C ⇒ O princípio da lesividade proíbe a incriminação de uma conduta que não exceda o âmbito do próprio autor.

D ⇒ O princípio da adequação social restringe a abrangência do tipo penal, limitando sua interpretação e dele excluindo as condutas consideradas socialmente adequadas e aceitas pela sociedade.

E ⇒ **Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, não podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser estendidas aos sucessores.**

PARECER: PARECER:

A questão deve ser mantida, pois correta a alternativa “A”, em conformidade com o inciso XLVI do art. 5º da Constituição Federal. Da mesma forma, correta a alternativa “B” que traduz o **princípio da intervenção mínima**, também conhecido como **ultima ratio**, que orienta e limita o poder incriminador do Estado, preconizando que a criminalização de uma conduta só se legitima se constituir meio necessário para a proteção de determinado bem jurídico. Se outros meios de controle social se revelarem suficientes para a tutela desse bem, a sua criminalização será inadequada e desnecessária. Correta a letra “C” pois traduz o princípio da lesividade, ao proibir a incriminação de uma atitude interna, um pensamento, a incriminação de uma conduta que não exceda o âmbito do próprio autor, e de condutas que não afetem o bem jurídico tutelado pela norma. Também correta a letra “D”, que trata do princípio da adequação social, que preconiza que não se pode reputar criminosa uma conduta tolerada pela sociedade, ainda que se enquadre em uma descrição típica. Trata-se de condutas que, embora formalmente típicas, porquanto subsumidas num tipo penal, são materialmente atípicas, porque socialmente adequadas, isto é, estão em consonância com a ordem social. Desta forma, somente errada a letra “E”, pois contraria o insculpido no inciso XLV, do art. 5º da Constituição Federal, que autoriza a reparação do dano e a decretação do perdimento de bens serem, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

QUESTÃO

32) De acordo com as disposições do Código Penal relativas ao concurso de pessoas, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I *Quem, de qualquer modo, concorre para o crime, incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.*
- II *As circunstâncias e as condições de caráter pessoal se comunicam, salvo quando elementares do crime.*
- III *O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, são puníveis, como se o crime fosse tentado.*
- IV *Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste.*

A ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

B ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

C ⇒ Apenas II e IV estão corretas.

D ⇒ **Apenas I e IV estão corretas.**

E⇒Todas as afirmações estão incorretas.

PARECER:

A questão deve ser mantida, pois traduz o disposto no *caput* e § 2º do artigo 29 do Código Penal, Brasileiro, não havendo alternativa que também esteja correta.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: **Manter a questão e o gabarito divulgado.**

=====

QUESTÃO

33) De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa **correta**.

A⇒ Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato criminoso para salvar de perigo atual, que tenha provocado por sua vontade, direito próprio ou alheio.

B⇒ É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou embriaguez voluntária, era, ao tempo da ação ou da omissão, incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

C⇒ A pena cumprida no estrangeiro é computada à pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas.

D⇒ **O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena e, se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.**

E⇒Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.

PARECER:

A questão deve ser mantida, pois a letra “D” traduz o disposto no *caput* artigo 21 do Código Penal Brasileiro, não havendo outra alternativa que também esteja correta, na medida em que as letras “A”, “B”, “C” e “E”, afrontam o disposto nos artigos 24, 26, 8º e 22, respectivamente do CP, todos passíveis de perquirição uma vez que constam do Programa publicado no Edital do Certame.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: **Manter a questão e o gabarito divulgado.**

=====

QUESTÃO

34) Observadas as disposições do Código Penal referentes à aplicação da pena, analise as afirmações a seguir.

I *No concurso de crimes, as penas de multa são aplicadas distinta e integralmente.*

II *São circunstâncias que sempre atenuam a pena, ter o agente desconhecimento da lei, bem como cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral.*

III *Quando forem aplicadas penas restritivas de direitos, o condenado cumprirá simultaneamente as que forem compatíveis entre si e sucessivamente às demais.*

IV *Quando, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, o agente, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa, responde como se tivesse praticado o crime na forma culposa.*

Assinale a alternativa **correta**.

A⇒**Apenas I, II e III estão corretas.**

B⇒Apenas I, II e IV estão corretas.

C⇒Apenas II e IV estão corretas.

D⇒Apenas II e III estão corretas.

E⇒Todas as afirmações estão corretas.

PARECER:

A questão deve ser mantida, pois a letra “A” traduz o disposto nos artigos 72; incisos II e III, “a” do artigo 65; e § 2º do artigo 69, respectivamente, do Código Penal Brasileiro, relativamente às afirmativas I, II e III da questão. A afirmativa IV está errada, pois em desacordo com o artigo 73 do CP, sendo que todas afirmativas são passíveis de perquirição uma vez que constam do Programa publicado no Edital do Certame.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: **Manter a questão e o gabarito.**

=====

QUESTÃO

35) De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa **correta**.

A⇒ Comete infanticídio qualquer pessoa que matar, sob a influência do estado puerperal ou não, o próprio filho, durante o parto ou logo após.

B⇒ Comete infanticídio qualquer pessoa que matar, sob a influência do estado puerperal, criança, durante o parto ou logo após.

C⇒ **Comete infanticídio a mulher que matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após.**

D⇒ Considera-se lesão corporal de natureza grave aquela que resulta incapacidade para as ocupações habituais por mais de quinze dias.

E⇒ Considera-se lesão corporal de natureza grave aquela que resulta incapacidade para as ocupações habituais, por mais de sete dias.

PARECER:

A questão deve ser mantida, pois a letra “C” traduz o disposto no *caput* artigo 123 Código Penal Brasileiro, não havendo outra alternativa que também esteja correta, eis que as letras “A” e “B”, afrontam este mesmo artigo e as letras “D” e “E”, contrariam o disposto no inciso I do § 1º do artigo 129 do Código Penal Brasileiro.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

36) De acordo com o Código Penal, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

I *É considerado crime exigir cheque-caução, nota promissória ou qualquer garantia, bem como o preenchimento prévio de formulários administrativos como condição para o atendimento médico-hospitalar emergencial.*

II *É considerado crime participar de rixa, salvo para separar os contendores.*

III *Comete o crime de calúnia quem difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação.*

IV *Comete o crime de furto quem subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.*

A⇒ Apenas III e IV estão corretas.

B⇒ Apenas II e III estão corretas.

C⇒ **Apenas I e II estão corretas.**

D⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

E⇒ Todas as afirmações estão corretas.

PARECER:

A questão deve ser mantida, pois a letra “C” traduz o disposto nos artigos 135, “a” e 137, respectivamente, do Código Penal Brasileiro, relativamente às afirmativas I e II da questão. As afirmativas III e IV estão erradas, pois contrárias aos artigos 138 e 155 do CP.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

37) De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa **correta**.

A⇒ Comete crime de falta de confiança quem divulga conteúdo de documento particular ou de correspondência confidencial, de que é destinatário ou detentor, e cuja divulgação possa produzir dano a outrem.

B⇒ **Comete crime de extorsão quem constranger alguém mediante violência ou grave ameaça, com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar fazer alguma coisa.**

C⇒ Comete crime de furto quem apropriar-se de coisa alheia móvel de que tem a posse ou a detenção.

D⇒ Comete crime de roubo quem obtiver para si ou para outrem vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.

E⇒ Comete crime de abuso quem tomar refeição em restaurante, alojar-se em hotel ou utilizar-se de meio de transporte sem dispor de recursos para efetuar o pagamento.

PARECER:

A questão deve ser mantida, pois a letra “B” traduz o disposto no *caput* artigo 158 do Código Penal Brasileiro, não havendo outra alternativa que também esteja correta, quando as letras “A”, “C”, “D” e “E, afrontam o disposto nos artigos 153, 168, 171 e 176, respectivamente, do CP.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

38) De acordo com o Código Penal e considerando os crimes contra a dignidade e liberdade sexual, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I** *Define-se como crime de estupro o ato de constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça.*
- II** *Define-se como crime de atentado violento ao pudor o ato de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal.*
- III** *Define-se como crime de estupro, na forma tentada, o ato de constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.*
- IV** *Define-se como crime de posse sexual me-diante fraude o praticado contra mulher virgem, menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos.*

A⇒Apenas I e III estão corretas.

B⇒Apenas II e III estão corretas.

C⇒Apenas III e IV estão corretas.

D⇒Todas as afirmações estão corretas.

E⇒**Todas as afirmações estão incorretas.**

PARECER:

A questão deve ser mantida, pois todas as afirmativas estão erradas, conforme a alternativa “E”, de acordo com o disposto nos artigos 213 e 215 do Código Penal Brasileiro.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

39) De acordo com o Código Penal, com relação ao crime de peculato, assinale a alternativa **correta**.

A⇒ Pratica o crime de peculato qualquer pessoa que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

B⇒ Pratica o crime de peculato o Diretor de Penitenciária e/ou agente público que deixar de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.

C⇒ Pratica o crime de peculato o servidor público que revelar fato de que tem ciência em razão do cargo público e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação.

D⇒ Pratica o crime de peculato qualquer pessoa que patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.

E⇒ **Pratica crime de peculato o servidor público que, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.**

PARECER:

A questão deve ser mantida, pois a alternativa “E” traduz o disposto no § 1º do artigo 312 Código Penal Brasileiro, não havendo outra alternativa que também esteja correta, todas frente ao mesmo artigo do CP. As

alternativas “A” e “B”, afrontam esse mesmo artigo e as alternativas “D” e “E”, contrariam o disposto no inciso I do § 1º do artigo 129 do Código Penal Brasileiro.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito.

=====

QUESTÃO

40) De acordo com as disposições do Código Penal, relativas aos crimes contra a Administração Pública, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I** *Constitui-se crime de desacato o ato de desobedecer a ordem legal de funcionário público.*
- II** *Constitui-se crime de tráfico de influência a ato de solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por servidor público no exercício da função.*
- III** *Constitui-se crime de corrupção ativa o ato de oferecer ou prometer vantagem indevida a servidor público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.*
- IV** *Constitui-se crime de corrupção passiva o ato de solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função de servidor público, ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de vantagem.*

A⇒Apenas III e IV estão corretas.

B⇒Apenas I e II estão corretas.

C⇒Apenas II, III e IV estão corretas.

D⇒Apenas I, II e III estão corretas.

E⇒Todas as afirmações estão corretas.

PARECER:

A questão deve ser anulada, pois não contempla alternativa correta a ser assinalada.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Anular a questão.

Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE

CONCURSO PÚBLICO - AGENTE DE POLÍCIA CIVIL

EDITAL Nº 002/SSP/DGPC/ACADEPOL/2014

03 de agosto de 2014

PARECERES DOS RECURSOS

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

QUESTÃO

41) Acerca do conteúdo disposto no Título V da Constituição Estadual, que trata da Segurança Pública no Estado de Santa Catarina, **todas** as alternativas estão corretas, **exceto** a:

A ⇒ O Corpo de Bombeiros Militar é responsável pelos serviços de prevenção de sinistros ou catástrofes, de combate a incêndio e de busca e salvamento de pessoas e bens e o atendimento pré-hospitalar.

B ⇒ A Polícia Civil possui atribuição para exercer as funções de polícia judiciária (ressalvada a competência da União), apurar infrações penais (exceto as militares) e fiscalizar jogos e diversões públicas.

C ⇒ À Polícia Militar cabe, dentre outras atribuições, atuar preventivamente como força de dissuasão e repressivamente como de restauração da ordem pública.

D ⇒ **À Polícia Ambiental, que é órgão da segurança pública do Estado, cabe a guarda e a fiscalização das florestas e dos mananciais, bem como a proteção do meio ambiente.**

E ⇒ O Instituto Geral de Perícia é o órgão permanente de perícia oficial de Santa Catarina, possuindo atribuições de realizar perícias criminais e prestar serviços de identificação civil e criminal.

PARECER:

O item "d" está errado porque a Polícia Ambiental não é um órgão da segurança pública do Estado previsto na Constituição do Estado de Santa Catarina, mas sim uma unidade especializada da Polícia Militar, órgão constitucional de segurança pública do Estado.

Não fosse isso, atualmente, a designação correta para a unidade especializada que trata das questões ambientais é Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA).

Quanto ao item "e", questionado por alguns candidatos, possui informação correta, uma vez que o art. 109-A do Capítulo IV-A do Título V da Constituição Estadual prevê o Instituto Geral de Perícia como o órgão permanente de perícia oficial, assim como está redigido no item, competindo-lhe a realização de perícias criminais, os serviços de identificação civil e criminal, e a pesquisa e desenvolvimento de estudos nesta área de atuação.

O enunciado da questão não tratava apenas dos "órgãos de segurança pública" do Estado de Santa Catarina, mas das disposições constitucionais do Título V, os quais abrangem o Instituto Geral de Perícias como órgão oficial de perícia do Estado.

O conhecimento que se esperava do candidato diz respeito ao julgamento da ADI 3469/95, que julgou inconstitucional o inciso IV do art. 105 do Capítulo I do Título V da Constituição Estadual, afastando o Instituto Geral de Perícias como órgão de segurança pública, todavia, manteve vigente o Capítulo IV-A do mesmo Título, reconhecendo a constitucionalidade do Instituto Geral de Perícias como órgão de perícia oficial do Estado. O julgado declarou expressamente a inconstitucionalidade do inciso IV do art. 105 que elenca o Instituto Geral de Perícias como órgão de segurança pública, porém consta a ressalva de que o mesmo não se pode afirmar em relação aos demais dispositivos impugnados na ação, os quais regulamentam e organizam o funcionamento do Instituto Geral de Perícias e são constitucionais, o que consta expressamente do voto do relator do julgado.

Assim, uma vez que a questão tratava do Título V da Constituição Estadual, que abrange as prescrições sobre o Instituto Geral de Perícias e sua atuação, em que pese não figurar como órgão de segurança pública, mas sendo órgão acessório e necessário aos serviços desenvolvidos pelos órgãos oficiais de segurança pública, não há qualquer erro na assertiva "e", destacando-se, por fim, que tal item não menciona que o Instituto Geral de Perícias é órgão de segurança pública, mas tão somente órgão oficial de perícias do Estado.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

43) Considerando o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina (Lei n. 6.745/1985), marque com **V** as afirmações **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () *O servidor público civil deve prestar serviços inerentes ao cargo de que seja titular, salvo na hipótese de readaptação funcional ou se for designado, mediante gratificação, para o exercício de função de confiança ou para integrar grupos de trabalho ou estudo regularmente criados e comissões legais.*
- () *O funcionário é obrigado a avisar à sua Chefia imediata no dia em que, por doença ou força maior, não puder comparecer ao serviço.*
- () *Após cada três anos de serviço público estadual, o servidor ocupante de cargo de provimento efetivo tem direito a uma licença com remuneração, como prêmio, pelo período de 3 (três) meses.*
- () *A remuneração atribuída ao funcionário não será objeto de arresto, sequestro ou penhora, o que se aplica mesmo quando se tratar de prestação de alimentos.*
- () *O policial civil que estiver em exercício de mandato eletivo de vereador tem direito à progressão por merecimento desde que exerça os cargos concomitantemente, res-peitada a compatibilidade de horários.*

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ V - V - V - F - F

B ⇒ F - V - F - V - F

C ⇒ V - F - V - F - V

D ⇒ F - F - F - V - V

E ⇒ **V - V - F - F - V**

PARECER:

Os recursos discutiram o fato de o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina (Lei n. 6.745/1985) não prevê que o policial civil que estiver em exercício de mandato eletivo de vereador que tem direito à progressão por merecimento desde que exerça os cargos concomitantemente, mas sim o art. 41 da Lei n. 6.843/86 (Estatuto da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina).

Com razão os recorrentes quanto ao teor da assertiva estar no art. 41 da Lei n. 6.843/86 (Estatuto da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina).

Assim, em que pese o item ser verdadeiro, não condiz com o enunciado da questão, que trata textualmente da Lei n. 6.745/1985, de modo que a questão deve ser anulada.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Anular a questão

=====

QUESTÃO

44) Consoante o que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina (Lei n. 6.745/1985), para que o servidor nomeado para cargo efetivo seja confirmado no respectivo cargo, ele será avaliado por três anos (estágio probatório).

São requisitos básicos do estágio probatório:

A ⇒ idoneidade moral; atendimento às convocações da chefia; disciplina; respeito à instituição.

B ⇒ idoneidade financeira; assiduidade e pontualidade; respeito à hierarquia; eficiência.

C ⇒ idoneidade moral e ética; assiduidade e pontualidade; obediência à chefia e competência.

D ⇒ **idoneidade moral; assiduidade e pontualidade; disciplina; eficiência.**

E ⇒ idoneidade moral e financeira; comparecimento regular ao trabalho; obediência à chefia, eficiência.

PARECER:

De acordo com o § 1º do art. 15 da Lei n. 6.745/1985, são requisitos básicos do estágio probatório: I - idoneidade moral; II - assiduidade e pontualidade; III - disciplina; e IV - eficiência.

Os recursos apresentaram como fundamento para a insurgência a assertiva de que tal dispositivo não é aplicável aos policiais civis, que possuem normativa própria, todavia, a questão cobra conhecimento acerca dos requisitos para o estágio probatório de servidores públicos conforme a previsão da Lei n. 6.745/1985, norma que consta expressamente do edital.

Nada obstante, mesmo que fossem considerados os requisitos específicos para o estágio probatório dos policiais civis (Lei n. 6.843/86, art. 31, §1º), ainda assim apenas a assertiva "d" é correta, uma vez que atendimento às convocações da chefia, idoneidade financeira, idoneidade ética e obediência à chefia não estão entre os requisitos ali listados.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

45) Conforme o que prevê a Lei Complementar Estadual n. 611/13 acerca da Indenização por Regime Especial de Trabalho Policial Civil, é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ É devida em razão da prestação de serviço em condições adversas de segurança, com risco à vida, e com cumprimento de escalas de plantão, de horários normais e irregulares, de plantões noturnos e de chamados a qualquer hora e dia.

B ⇒ **A Indenização por Regime Especial de Trabalho Policial Civil será devida aos integrantes da Polícia Civil, inclusive se colocados à disposição do Poder Judiciário e do Ministério Público.**

C ⇒ A Indenização por Regime Especial de Trabalho Policial Civil constitui-se em verba de natureza indenizatória e não se incorpora ao subsídio, aos proventos de aposentadoria de qualquer modalidade ou à pensão por morte.

D ⇒ O valor da Indenização por Regime Especial de Trabalho Policial Civil só pode ser utilizado para base de cálculo do décimo terceiro vencimento e do terço constitucional de férias.

E ⇒ O servidor que exercer atividade administrativa no âmbito da Polícia Civil terá direito à Indenização por Regime Especial de Trabalho Policial Civil somente se trabalhar em jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

PARECER:

A assertiva "e", questionada por alguns candidatos, não trata do número de horas efetivamente trabalhadas, mas da jornada de trabalho em que o servidor deverá estar enquadrado para ter direito à percepção da verba indenizatória.

A Indenização por Regime Especial de Trabalho Policial Civil somente se aplica a servidor que estiver prestando serviços em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, o que afasta tal benefício ao servidor que estiver cumprindo horário especial de expediente, conforme textualmente previsto no art. 7º, *caput* e parágrafo primeiro, da Lei Complementar n. 611/13, segundo os quais a percepção da Indenização por Regime Especial de Trabalho Policial Civil implica a prestação de serviço em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, ficando vedada a percepção da Indenização por Regime Especial de Trabalho Policial Civil por servidor que esteja cumprindo, exclusivamente, o horário especial de expediente na forma estabelecida por ato do Chefe do Poder Executivo.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

46) Acerca do cargo de Agente de Polícia Civil, segundo o Plano de Carreira dos Policiais Cíveis de Santa Catarina (Lei Complementar n. 453/2009), é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ Cumula a função de atuar nas formalidades e nos procedimentos necessários à realização dos serviços cartorários.

B ⇒ O ingresso na carreira ocorre por meio de concurso público de provas ou provas e títulos, conforme definido em edital próprio.

C ⇒ **Exige idade mínima de 18 (dezoito) anos de idade, pleno gozo dos direitos políticos e nacionalidade brasileira, salvo se estrangeiro residente no país há mais de 10 (dez) anos.**

D ⇒ Possui atribuição para exercer atividades de nível superior técnico-jurídico, principalmente na execução de operações e investigações policiais.

E ⇒ Exige conclusão de Curso Superior e aprovação em curso de formação no órgão de ensino da Polícia Civil, com no mínimo 400 (quatrocentas) horas-aula de duração.

PARECER:

A alternativa "c" está errada porque não encerra exceção ao requisito da nacionalidade brasileira o estrangeiro que residir no país há mais de 10 (dez) anos.

A alternativa "e" encontra respaldo no art. 13 e no Anexo IX da Lei Complementar n. 453/2009.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

47) De acordo com o disposto no Estatuto da Polícia Civil (Lei n. 6.843/86), a atividade policial, por suas características e finalidades, fundamenta-se nos seguintes princípios:

A ⇒ hierarquia e moralidade.

B ⇒ segurança pública e disciplina.

C ⇒ moralidade e efetividade.

D ⇒ segurança pública e eficiência.

E ⇒ **hierarquia e disciplina.**

PARECER:

A questão encontra fundamento no Art. 6º da Lei n. 6.843/86, segundo o qual a atividade policial, pôr suas características e finalidades, fundamenta-se nos princípios da hierarquia e disciplina.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito

=====

QUESTÃO

48) Sobre os direitos dos policiais civis, correlacione as colunas a seguir.

(1) Férias

(2) Licença

(3) Aposentadoria

(4) Direito de petição

(5) Assistência

- () *Será concedido ao policial civil ocupante de cargo de provimento efetivo, a vista dos elementos comprobatórios do tempo de serviço ou, conjugadamente, da invalidez para o serviço público em geral ou quando completar a idade limite.*
- () *O gozo de tal direito não pode ser interrompido, salvo em decorrência de urgente necessidade de serviço, mediante convocação da autoridade competente.*
- () *Pode se materializar por meio de serviço social organizado, instalação de creches, promoção de segurança no trabalho, dentre outros.*
- () *Durante o gozo desse direito o policial civil deve comunicar ao Chefe imediato o local onde pode ser encontrado.*
- () *É assegurado em toda a sua amplitude, formalizando-se mediante requerimento à autoridade competente.*

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ 3 - 1 - 4 - 5 - 2

B ⇒ 2 - 3 - 5 - 4 - 1

C ⇒ 1 - 3 - 2 - 4 - 5

D ⇒ 4 - 1 - 3 - 2 - 5

E ⇒ **3 - 1 - 5 - 2 - 4**

PARECER:

Os argumentos apresentados nos únicos dois recursos contra esta questão se referem à questão 49 e defendem que demissão e exoneração se equivalem, o que não procede.

Não houve nenhuma insurgência quanto aos termos desta questão.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

49) De acordo com o Estatuto da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, constitui infração disciplinar toda ação ou omissão do policial civil que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina ou a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à administração, sendo punidas com penas disciplinares.

São penas disciplinares aplicáveis aos Agentes de Polícia Civil, **exceto**:

A ⇒ destituição dos cargos e encargos de confiança

B ⇒ repreensão

C ⇒ suspensão

D ⇒ **exoneração**

E ⇒ demissão qualificada

PARECER:

A questão baseou-se no art. 206 do Estatuto da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina (Lei n. 6.843/86), que elenca as seguintes penas disciplinares: repreensão, suspensão, destituição dos cargos e encargos de confiança, demissão simples, demissão qualificada, cassação de aposentadoria e cassação de disponibilidade.

A alegação de que exoneração e demissão se equivalem não procede. Exoneração e demissão são institutos diversos do direito administrativo. Ambos encerram atos administrativos destinados a determinar a quebra do vínculo entre o agente público e o Poder Público, todavia, somente a demissão tem caráter punitivo.

Quanto à exoneração de servidor em estágio probatório, não se trata de pena disciplinar por infração administrativa, como exigia a questão, mas de decorrência da ausência de êxito do avaliado em atingir os requisitos de avaliação do órgão para o qual foi nomeado.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

50) Assinale a alternativa que **não** contém a descrição de uma atribuição do Agente de Polícia Civil do Estado de Santa Catarina:

A ⇒ **Proceder à investigação criminal, valendo-se de qualquer meio, inclusive interceptação telefônica, para apurar os autores e elucidar os crimes.**

B ⇒ Informar a unidade policial, por meio de relatório, sobre a conclusão de diligências que lhe forem incumbidas.

C ⇒ Guardar sigilo sobre serviços que lhe forem confiados e cumprir com presteza as diligências e determinações superiores.

D ⇒ Atender ao público e registrar delitos e ocorrências trazidos ao seu conhecimento, dando ciência à autoridade policial.

E ⇒ Elaborar relatório diário das atividades desenvolvidas, formatando estatisticamente os registros efetuados, sua natureza e providências adotadas.

PARECER:

A questão baseou-se no Anexo IX da Lei Complementar n. 453/2009, que contém descrição detalhada das atribuições de Agente de Polícia Civil.

A assertiva "a" está errada porque o agente de polícia não pode se valer de "qualquer meio" para realizar uma investigação, exigindo a lei que o mecanismo de investigação empregado seja legalmente disponibilizado.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE

CONCURSO PÚBLICO - AGENTE DE POLÍCIA CIVIL

EDITAL Nº 002/SSP/DGPC/ACADEPOL/2014

03 de agosto de 2014

PARECERES DOS RECURSOS

DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 1

Entenda a onda de violência em Santa Catarina

Já são 101 ataques em 17 dias, ocorridos em 31 municípios catarinenses

por Leonardo Guandeline / Juraci Perboni, especial para O Globo 15/02/2013 20:54

SÃO PAULO e FLORIANÓPOLIS - A recente onda de ataques em Santa Catarina, a segunda em quatro meses, entrou nesta sexta-feira no 17º dia – teve início em 30 de janeiro –, totalizando 101 ações até o fim desta tarde, entre elas incêndios a ônibus, carros particulares, viaturas e prédios públicos, em pelo menos 31 municípios no estado.

A primeira onda de atentados ocorreu em novembro de 2012. Durou sete dias e resultou em 58 atentados, em 16 cidades. Segundo a polícia, as ações são ordenadas por líderes de facções criminosas que atuam de dentro dos presídios catarinenses. Os presos alegam que sofrem tortura, não têm atendimento médico e odontológico, nem abastecimento regular de água, além de poucos agentes para que todos possam tomar o banho de sol. No fim do ano passado, a ouvidora da Secretaria Nacional de Direitos Humanos foi a Santa Catarina, constatou uma série de problemas, e solicitou providências.

Na atual série de crimes, os presos, na visita da equipe da Corregedoria do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, disseram que os problemas não foram resolvidos, entre eles o não término da apuração dos casos de tortura.

Os detentos, no entanto, questionaram a rapidez da Polícia Civil em investigar a morte da agente prisional Deise Alves, ocorrida em agosto, com o indiciamento de 11 pessoas. Há suspeita que os atentados do ano passado possam estar relacionados com o crime, já que o alvo, segundo a Polícia Civil, seria o marido dela, Carlos Alves, diretor da penitenciária de São Pedro de Alcântara, na Grande Florianópolis, que pediu afastamento do cargo após a morte de Deise. Alves atribuiu o assassinato a uma das facções que age no estado e controlaria o presídio.

Os detentos dizem que, após a morte da agente prisional, a situação ficou insustentável, e chegaram a denunciar a violência praticada pelo diretor e um grupo de agentes em um vídeo gravado pelos próprios detentos. As imagens mostram uma suposta revista em uma cela acompanhada de choques elétricos, tapas e ameaças.

Foi de São Pedro de Alcântara que teria partido, segundo as autoridades catarinenses, as ordens para a primeira onda de ataques.

Os recentes atentados também são atribuídos à transferência de alguns presos.

Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/entenda-onda-de-violencia-em-santa-catarina-7595303>.

Acesso em: 25/06/2014. Adaptado.

QUESTÃO

51) De acordo com o texto 1, é **correto** o que se afirma em:

A ⇒ A juíza Wandscheer conseguiu ouvir quase todos os envolvidos no período que tinha sido estipulado (de 9 a 18 de setembro), mesmo com sessões entrando pela madrugada.

B ⇒ Os 55 detentos envolvidos com os atentados foram transferidos para Mossoró (RN) por intervenção do Ministério da Justiça, em fevereiro, medida que fez cessarem os ataques.

C ⇒ Os 101 atentados, entre os quais incêndios a ônibus, carros particulares, viaturas e prédios públicos, em pelo menos 31 municípios no estado, ocorreram no período de janeiro a fevereiro de 2013.

D ⇒ Segundo a promotoria, os líderes do PGC, em busca de regalias nas cadeias, enfrentaram as forças de segurança do Estado, comandando de dentro dos presídios ataques incendiários a ônibus e prédios públicos.

E ⇒ Segundo o promotor Flávio Duarte de Souza, os réus são acusados de formação de quadrilha e de narcotráfico, podendo pegar penas de 2 a 10 anos.

PARECER:

A afirmação A não faz parte do texto 1, mas de uma outra reportagem, em data posterior a fevereiro de 2013.

A afirmação B também não faz parte do texto 1, embora se refira a desdobramentos dos fatos narrados nesse texto.

A afirmativa C está correta, pois, de acordo com o texto 1, “a recente onda de ataques em Santa Catarina, a segunda em quatro meses, entrou nesta sexta-feira no 17º dia – teve início em 30 de janeiro –, totalizando 101 ações até o fim desta tarde, entre elas incêndios a ônibus, carros particulares, viaturas e prédios públicos, em pelo menos 31 municípios no estado”.

O que se afirma em D e E também não faz parte do texto, mas de reportagem posterior, na fase de indiciamento e julgamento dos acusados pelos atentados.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

52) Em relação ao texto 1, **todas** as alternativas estão corretas, **exceto a:**

A ⇒ A reportagem do jornal O Globo trata exclusivamente de uma sequência de atentados que ocorreu em Santa Catarina em novembro de 2012.

B ⇒ Para justificar as ações, os detentos alegam sofrer torturas e falta de assistência médica e odontológica.

C ⇒ Os problemas citados pelos presos já eram conhecidos pelas autoridades de segurança.

D ⇒ No mês de fevereiro de 2013, constatou-se que a apuração de casos de tortura nas cadeias catarinenses ainda não havia sido concluída.

E ⇒ De acordo com as autoridades, as ordens para a realização dos atentados foram dadas de dentro da penitenciária de São Pedro de Alcântara.

PARECER:

A alternativa A está incorreta visto que a reportagem, apesar de também fazer referências aos atentados ocorridos em Santa Catarina em novembro de 2012, tem como foco principal os atentados ocorridos em Santa Catarina no período de 30/01/2013 a 15/02/2013.

A alternativa B está correta, pois consta do texto 1: “Os presos alegam que sofrem tortura, não têm atendimento médico e odontológico [...]”.

A alternativa C está igualmente correta, pois, de acordo com o texto 1, “No fim do ano passado, a ouvidora da Secretaria Nacional de Direitos Humanos foi a Santa Catarina, constatou uma série de problemas, e solicitou providências”.

Também é correto o que se afirma em D, visto que, em conformidade com o texto 1, “Na atual série de crimes, os presos, na visita da equipe da Corregedoria do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, disseram que os problemas não foram resolvidos, entre eles o não término da apuração dos casos de tortura”.

A alternativa E, por sua vez, também está correta, conforme o texto 1: “Foi de São Pedro de Alcântara que teria partido (sic), segundo as autoridades catarinenses, as ordens para a primeira onda de ataques”.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito.

=====

QUESTÃO

53) Considerando o que consta no texto 1, é **correto** concluir que:

A ⇒ na data da reportagem, as autoridades policiais já tinham conseguido isolar e encaminhar para a penitenciária de Mossoró/RN todos os presos responsáveis pelos atentados.

B ⇒ o vídeo que comprova a prática de tortura na penitenciária de São Pedro de Alcântara foi feito antes do assassinato da agente prisional Deise Alves.

C ⇒ Carlos Alves, ex-diretor da penitenciária de São Pedro de Alcântara, é suspeito de mandar matar bandidos para vingar a morte de sua esposa.

D ⇒ as duas ondas de atentados mencionadas no texto têm origem na política de endurecimento determinada pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina.

E ⇒ na visão dos presos, a Polícia Civil é ágil na apuração de crimes contra policiais, mas é lenta na apuração de crimes contra os presos.

PARECER:

O que se afirma em A não consta do texto 1 e, por isso, a alternativa está incorreta. Há apenas, na última frase, a informação de que alguns presos (não todos) haviam sido transferidos, sem dizer esclarecer o destino.

Com base na frase “Os detentos dizem que, após a morte da agente prisional, a situação ficou insustentável, e chegaram a denunciar a violência praticada pelo diretor e um grupo de agentes em um vídeo gravado pelos próprios detentos” do texto 1, fica evidente que o vídeo foi feito após o assassinato da agente prisional Deise Alves. Ou seja, não é correto o que se afirma na alternativa B.

Da mesma forma, o que se afirma em C não é confirmado pelo que consta no texto 1. De acordo com os presos, o diretor da penitenciária e marido da agente assassinada seria responsável por atos de tortura, mas sobre ele não recai suspeita de ter mandado matar bandidos para vingar a morte de sua esposa.

Com base no texto 1, é possível inferir parte do que se afirma na alternativa D, mas nada consta sobre possível envolvimento da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina sobre a adoção de política de endurecimento em reação aos detentos.

Por fim, resta como correta a alternativa E, visto que, de acordo com o texto 1, “Os detentos, no entanto, questionaram a rapidez da Polícia Civil em investigar a morte da agente prisional Deise Alves, ocorrida em agosto, com o indiciamento de 11 pessoas”, o que permite inferir que os presos entendem que a Polícia Civil é lenta na apuração dos crimes contra os detentos.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

54) Assinale a alternativa em que é possível substituir a expressão destacada em negrito pela expressão sugerida entre parênteses, sem modificar o sentido do texto 1.

A ⇒ **Segundo** a polícia, as ações são ordenadas por líderes de facções criminosas que atuam de dentro dos presídios catarinenses. (consoante)

B ⇒ Foi de São Pedro de Alcântara **que** teria partido, de acordo com as autoridades catarinenses, as ordens para a primeira onda de ataques. (aonde)

C ⇒ As imagens mostram uma **suposta** revista em uma cela acompanhada de choques elétricos, tapas e ameaças. (falsa)

D ⇒ **No fim do ano passado**, a ouvidora da Secretaria Nacional de Direitos Humanos foi a Santa Catarina, constatou uma série de problemas, e solicitou providências. (Em dezembro de 2013)

E ⇒ Os detentos, **no entanto**, questionaram a rapidez da Polícia Civil em investigar a morte da agente prisional Deise Alves, ocorrida em agosto, com o indiciamento de 11 pessoas. (a priori)

PARECER:

Em A, o termo destacado é uma conjunção subordinativa conformativa. O termo sugerido entre parênteses também pode exercer a mesma função, sem modificar o sentido da frase no texto. Serve de exemplo: “**Consoante** às regras de conduta, Antenor preferiu alertar seus colegas de trabalho”, ou seja, “**Segundo** as regras de conduta, Antenor preferiu alertar seus colegas de trabalho”.

Em B, não é possível a substituição do pronome relativo “que” pelo termo sugerido entre parêntese, uma vez que “aonde” é resultado da combinação da preposição “a” com o pronome adverbial de lugar “onde”. A regência do verbo partir prevê a preposição “de”, isto é, *o que parte, parte de algum lugar* (grifamos). Assim, a frase em B pode ser reescrita, mantendo-se o mesmo sentido: “Foi de São Pedro de Alcântara **de onde** teria partido (sic), de acordo com as autoridades catarinenses, as ordens para a primeira onda de ataques”.

Em C, fica evidente que a substituição sugerida muda o sentido da frase no texto, pois a palavra *falsa* é um adjetivo cujo sentido é distinto do sentido atribuído à palavra *suspeita*.

Em D, não é possível fazer a substituição do termo em negrito pelo termo sugerido entre parênteses porque o texto foi escrito em fevereiro de 2013, logo não poderia haver referências a fatos ocorridos em “em dezembro de 2013”, que é data posterior.

Em E, a conjunção “no entanto” tem sentido adversativo e, como tal, não pode ser substituída pela expressão latina “a priori”, cujo sentido é “antes”, “antecipadamente”, “de antemão”.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

Texto 2



Disponível em: <http://www.matutando.com/wp-content/uploads/2011/07/charge-a-porca-Brasil.jpg>.
Acesso em: 24/06/2014.

QUESTÃO

55) Sobre a charge do texto 2, é **correto** dizer que a imagem representa:

- A** ⇒ o comportamento da oposição ao atual governo federal, formada por diferentes partidos políticos.
- B** ⇒ o avançado desenvolvimento da suinocultura no Brasil.
- C** ⇒ **uma possível interpretação de uma frase usada pelo governo da Presidente Dilma Rousseff para fazer publicidade.**
- D** ⇒ a corrupção generalizada em todas as instâncias do governo federal, estadual e municipal.
- E** ⇒ a divisão do bolo orçamentário entre União, estados e municípios.

PARECER:

Não é correto dizer que a charge representa o que se afirma em A, pois os diferentes partidos – principalmente os da base aliada ao atual governo – são representados pelos leitões gordos mamando ou querendo mamar na porca, que representa o Brasil. Ou seja, esse comportamento caracteriza mais especificamente os partidos aliados do governo federal.

A alternativa B também não é correta, uma vez que o texto 2 é uma metáfora da atual política de governo no Brasil.

A alternativa C, ao contrário é correta, visto que a porca representa a ideia de que o Brasil é um país rico e, na barriga da porca, consta a frase publicitária do governo de Dilma Rousseff: “País rico é país sem pobreza”. Ao mesmo tempo, os leitões representam o comportamento dos partidos políticos do Brasil atualmente. Claro está que essa leitura encontra amparo em informações prévias e conhecimento do que acontece atualmente na política e no governo federal. Ou seja, a perfeita compreensão de um texto só é possível se o leitor consegue estabelecer relações com outros textos ou outros conhecimentos de mundo.

A imagem da porca dando de mamar aos leitões, acrescida dos demais indicadores gráficos do texto, não permite dizer o que consta na alternativa C, razão por que está incorreta.

A charge também não permite inferir que o sentido do texto corresponde ao que se afirma em E.

PARECER COMPLEMENTAR:

Não é correto dizer que a charge representa o que se afirma em A, pois os diferentes partidos – principalmente os da base aliada ao atual governo – são representados pelos leitões gordos mamando ou querendo mamar na porca, que representa o Brasil. Ou seja, esse comportamento caracteriza mais especificamente os partidos aliados do governo federal, não “o comportamento da oposição ao atual governo federal”.

A alternativa B também não é correta, uma vez que o texto 2 é uma metáfora da atual política de governo no Brasil e não uma representação do “o avançado desenvolvimento da suinocultura no Brasil”.

A alternativa C, ao contrário é correta, visto que a porca representa a ideia de que o Brasil é um país rico e, na barriga da porca, **consta a frase publicitária do governo de Dilma Rousseff: “País rico é país sem pobreza”**. Ao mesmo tempo, os leitões representam o comportamento dos partidos políticos do Brasil atualmente. Claro está que essa leitura encontra amparo em informações prévias e conhecimento do que acontece atualmente na política e no governo federal. Ou seja, a perfeita compreensão de um texto só é possível se o leitor consegue estabelecer relações com outros textos ou outros conhecimentos de mundo.

De outra parte, a imagem da porca dando de mamar aos leitões, acrescida dos demais indicadores gráficos do texto, não permite dizer o que consta na alternativa D, razão por que está incorreta.

A charge também não permite inferir que o sentido do texto corresponde ao que se afirma em E. **Nada consta no texto que dê amparo ao que se afirma em E, concluindo-se, assim, que essa alternativa também é incorreta.**

Convém considerar, no entanto, que a qualidade da impressão da charge na impressão dos cadernos de prova distribuídos aos candidatos não é de boa qualidade, prejudicando principalmente a leitura da frase “País rico é país sem pobreza”. Essa falta de legibilidade da frase publicitária do governo de Dilma Rousseff, anotada na barriga da porca, traz razoável nível de dificuldade de interpretação relativamente ao que se afirma em C, considerada a alternativa correta. Conclui-se então que os candidatos foram parcialmente prejudicados.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Anular a questão.

=====

QUESTÃO

56) Na frase “Meu amigo **fora** lá **fora** buscar **alguma** coisa, e eu ficara ali, **sozinho**, naquela janela, presenciando a **ascensão** da lua cheia”, as palavras destacadas correspondem, morfológicamente, pela ordem, a:

- A** ⇒ advérbio, advérbio, adjetivo pronominal, advérbio, substantivo.
B ⇒ verbo, pronome adverbial, pronome adjetivo, adjetivo, verbo.
C ⇒ **verbo, advérbio, pronome adjetivo, adjetivo, substantivo.**
D ⇒ advérbio, substantivo, adjetivo, substantivo, adjetivo.
E ⇒ advérbio, pronome adverbial, pronome relativo, advérbio, verbo.

PARECER:

Na frase “Meu amigo **fora** lá **fora** buscar **alguma** coisa, e eu ficara ali, **sozinho**, naquela janela, presenciando a **ascensão** da lua cheia”, o primeiro termo destacado é “fora” (pretérito perfeito simples do verbo “ir”), equivalente a “tinha ido” (pretérito perfeito composto do mesmo verbo); o segundo termo destacado é “fora” (advérbio de lugar), isto é, o lugar onde tinha ido; o terceiro termo destacado é “alguma”, pronome indefinido subordinado ao substantivo “coisa” e, como tal, adjetivo (por isso, pronome adjetivo); o termo destacado a seguir é “sozinho” (adjetivo), que se refere ao sujeito “Meu amigo” por meio do verbo “ficara” (de ligação), ou seja, adjetivo na função de predicativo do sujeito; e, por fim, o termo destacado “ascensão”, um nome precedido pelo artigo definido “a”, com a função de substantivo. Convém ainda esclarecer que, de acordo com Mattoso Câmara Jr (1970), substantivos e adjetivos são, a rigor, funções sintáticas exercidas por nomes. Conclui-se, assim, que a única alternativa correta é a C.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

57) Assinale a alternativa que preenche **corretamente** as lacunas da frase a seguir.

Quando _____ três meses disse-me que iria _____ Grécia para visitar _____ sua tia, vi-me na obrigação de ajudá-la _____ resgatar as milhas _____ quais tinha direito.

- A** ⇒ a - há - à - à - às
B ⇒ **há - à - a - a - às**
C ⇒ há - a - há - à - as
D ⇒ a - à - a - à - às
E ⇒ a - a - à - há - as

PARECER:

Em “Quando **há** três meses”, o verbo haver é impessoal, pois significa tempo decorrido; em “disse-me que iria **à** Grécia”, ocorre **à** (craseado), pois a substituição do ver “ir” pelo verbo “voltar”, por exemplo, evidencia que o topônimo “Grécia” requer artigo **a** (“disse-me que voltaria **da** (de + a) Grécia”), ou seja “iria **a** (preposição) + **a** (artigo) = **à**”; em “para visitar **a** sua tia”, a crase não é obrigatória visto que, ao substituir “tia” (feminino) por “tio” (masculino), tem-se “para visitar **o** seu tio” (apenas artigo); em “ajudá-la **a** resgatar as milhas”, não ocorre crase porque o termo que ocorre após **a** é verbo; em “as milhas **às** quais tinha direito”, ocorre crase pois a substituição de “milhas” por um substantivo masculino plural como, por exemplo, “os créditos” resulta na combinação da preposição **a** com o artigo **os**, ou seja, “os créditos **aos** quais tinha direito”.

Resta observar que emprego do sinal de crase é considerado como conteúdo de regência nominal e verbal.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito.

=====

QUESTÃO

58) Assinale a alternativa **correta** quanto à regência nominal e verbal.

A ⇒ Assim que a audiência teve início, o juiz procedeu à chamada das testemunhas as quais pedia que se identificassem pelo primeiro nome.

B ⇒ Recomendou que não lhes contassem o desamparo que o encontrara, para não frustrar-lhe ainda mais.

C ⇒ **Esta linha de investigação, de que nos afastamos sem justificativa, mostrou-se depois a mais sensata e adequada aos fatos.**

D ⇒ Fiz questão de lembrar-lhe do aniversário da sobrinha a cuja data esquecera.

E ⇒ Ali não havia quem não o considerasse um santo por sua obediência dos mandamentos de Deus, à quem temia e louvava.

PARECER:

Em A, ocorre erro de indicação de crase em “chamada das testemunhas **às** quais pedia”, pois a substituição de “testemunhas” por um substantivo masculino plural resulta na substituição de **às** por **aos**, como em “chamada dos participantes **aos** quais pedia que [...]” (grifamos).

Em B, a correção da frase requer o emprego da preposição “em” e a substituição do pronome “lhe” pelo pronome “o” (modificado em “lo”), assim: “Recomendou que não lhes contassem o desamparo **em** que o encontrara, para não frustrá-**lo** ainda mais” (grifamos). O erro de grafia em “frustrar-lhe” (alternativa B) não é objeto da questão, nem compromete a resposta correta.

Em C não há reparos a fazer.

Em D, a correção da frase exige a substituição da preposição “a” pela preposição “de” (de cuja data esquecera) e também a substituição do pronome “lhe” pelo pronome “o” (modificado em “lo”), assim: “Fiz questão de lembrá-**lo** do aniversário da sobrinha **de** cuja data esquecera” (grifamos).

Em E, a contração “dos” (de + os) precisa ser substituída pela combinação “aos”, e o “à” precisa ser substituído por “a” (sem indicação de crase), assim: “Ali não havia quem não o considerasse um santo por sua obediência **aos** mandamentos de Deus, **a** quem temia e louvava” (grifamos).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito.

=====

QUESTÃO

59) Assinale a frase que está escrita de acordo com as normas da língua portuguesa padrão.

A ⇒ Anotem aí, depois da SC 403, do Aeroporto serrano e da ponte HL, o próximo contrato a ser rescindido com esta construtora é o aeroporto de Florianópolis que não por acaso eles também ganharam a concorrência.

B ⇒ Também deve ser divulgado os prazos estabelecidos para a conclusão dos serviços.

C ⇒ O pior que esta construtora financia campanhas políticas o qual pode causar ainda muitos problemas para o povo e até mesmo para os políticos que ganham dinheiro com as constantes artimanhas desta construtora fajuta.

D ⇒ Pense, reflète e toma a melhor atitude que mesmo desagradando alguns, favoreça a maioria e o povo.

E ⇒ **Para o presidente do sindicato patronal, uma negociação para reajuste salarial deve ser feita entre os sindicatos patronal e laboral, e não da forma como está sendo conduzida.**

PARECER:

Na frase A, ocorre erro de concordância entre “construtora” e o pronome anafórico “eles”, além de erros de pontuação e regência.

Em B, registra-se erro de concordância verbal e nominal, cuja correção implica em substituir “deve ser divulgado” por “devem ser divulgados”, uma vez que o termo determinante é “os prazos” (masculino plural).

Em C, falta o verbo “é” (O pior **é** que) e o pronome “o qual” deve ser substituído pelo pronome “as quais” (campanhas políticas **as quais** podem causar muitos problemas). Além disso, falta uma vírgula após “políticos”, pois o que segue é uma oração subordinada adjetiva explicativa.

Em D, as formas verbais “Pense, reflète e toma” não correspondem à mesma pessoa gramatical, nem ao mesmo tempo verbal. Alternativas possíveis de correção: “Pense, reflita e tome” (3ª. pessoa sing. do imperativo

afirmativo) ou “Pensa, reflete e toma” (2ª. pessoa sing. do imperativo afirmativo). Além disso, falta uma vírgula após o pronome relativo “que”.

Por fim, em E não há reparos a fazer. A alegação de que a expressão “sindicatos patronal e laboral” deve ser “sindicatos patronais e laborais” não procede necessariamente, pois, no caso, a referência é a dois sindicatos: um patronal e outro laboral.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito.

=====

QUESTÃO

60) Assinale a alternativa que reescrevem **corretamente** as frases abaixo, substituindo os verbos destacados em negrito pelo verbos sugeridos entre parênteses, no mesmo tempo e modo, e fazendo as alterações necessárias.

- Espero que se **encontrem** pessoas capazes de levar o empreendimento a bom termo (haver).
- Se não **conseguirem** novos clientes, vamos ter que implantar um programa de demissão de empregados (dispor – dispõe-se de algo).

A ⇒ Espero que haja pessoas [...]; Se não se dispõem de novos clientes [...]

B ⇒ Espero que haverá pessoas [...]; Se não se dispuser de novos clientes [...]

C ⇒ Espero que hajam pessoas [...]; Se não se dispuserem de novos clientes [...]

D ⇒ Espero que haverão pessoas [...]; Se não se disponham novos clientes [...]

E ⇒ **Espero que haja pessoas [...]; Se não se dispuserem de novos clientes [...]**

PARECER:

Na frase “Espero que se **encontrem** pessoas capazes de levar o empreendimento a bom termo (haver)”, a forma correta do verbo é “Espero que **haja** pessoas capazes de levar o empreendimento a bom termo (haver)”. Como se trata do verbo “haver” no sentido de “existir”, é impessoal. Além disso, sendo oração subordinada, o verbo “haver” deve ser empregado no modo subjuntivo.

Na frase “Se não **conseguirem** novos clientes, vamos ter que implantar um programa de demissão de empregados (dispor – dispõe-se de algo)”, a forma substituta correta é “Se não **se dispuserem** de novos clientes”, na voz passiva sintética, mas no plural para concordar com o sujeito “novos clientes”, e no subjuntivo porque a oração é subordinada.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

61) Na frase “Os filmes que lhe recomendei são muito bons”, o pronome relativo **que** tem a função sintática de:

A ⇒ complemento nominal.

B ⇒ sujeito.

C ⇒ **objeto direto.**

D ⇒ objeto indireto.

E ⇒ predicativo.

PARECER:

No caso, a resposta correta é alternativa C (objeto direto), o que pode ser demonstrado da seguinte forma: a) Os filmes são muitos bons; b) Eu recomendei a você (ou a ele) os filmes. O verbo “recomendar” é transitivo direto e indireto. Nesse caso, “a você” exerce a função de objeto indireto e “os filmes” exerce a função de objeto direto. Na frase da questão, o pronome relativo “que” substitui “os filmes” como complemento do verbo “recomendei”.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

62) Assinale a frase em que todas as ocorrências de crase estão **corretamente** assinaladas.

A ⇒ Os ataques à propriedade são, às vezes, tão deploráveis quanto os atentados à cultura humana.

B ⇒ Quanto a mim, estou disposto a dar o apoio à qualquer médico aqui presente.

C ⇒ Atendemos de segunda à sexta-feira, das 9 às 17 horas, ininterruptamente.

D ⇒ Fiel à sua cartilha ideológica, recusou-se à concorrer à vaga.

E ⇒ Daqui à três meses, irei à Palestina e à Jordânia.

PARECER:

Em A, todas as crases estão corretamente indicadas: a) ataques à propriedade (ataques aos supermercados); b) atentados à cultura humana (atentados ao conhecimento humano); c) às vezes (expressão adverbial com núcleo no feminino).

Em B, é indevida a indicação de crase diante de pronome indefinido “qualquer”.

Em C, não há crase diante de sexta-feira porque nesse caso não existe o artigo “a”. Se diante de “segunda” só ocorre preposição “de”, diante de sexta-feira também só ocorre preposição “a”.

Em D, a primeira crase é facultativa e a última está correta. Todavia, diante do verbo “recusou-se a concorrer”, não existe artigo (apenas preposição “a”), logo não existe crase.

Em E, Na expressão “Daqui a três meses”, não ocorre artigo (se ocorresse, estaria no plural) e, por isso, não há crase. As outras duas indicações de crase estão corretas, pois, substituindo o verbo, tem-se: “voltarei da Palestina e da Jordânia”. Ou seja, nesses dois casos, existem preposição e artigo.

Por fim, resta esclarecer que a crase faz parte dos conteúdos de regência verbal e nominal.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

QUESTÃO

63) Complete as lacunas com os verbos, tempos e modos indicados entre parênteses, fazendo a devida concordância.

- O juiz agrário ainda não _____ no conflito porque surgiram fatos novos de ontem para hoje. (*intervir – pretérito perfeito do indicativo*)
- Uns poucos convidados _____-se com os vídeos postados no facebook. (*entreter – pretérito imperfeito do indicativo*)
- Representantes do PCRT somente serão aceitos na composição da chapa quando se _____ de criticar a atual diretoria do clube. (*abster-se – futuro do subjuntivo*)

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ interveio - entretinham - abstiverem

B ⇒ entreviu - entretiveram - absterem

C ⇒ intervém - entreteram - abstêm

D ⇒ interviera - entretêm - abstiverem

E ⇒ intervirá - entretenham - abstiveram

PARECER:

Na primeira frase, o verbo “intervir” (no pretérito perfeito do indicativo) flexiona-se de acordo com o paradigma do verbo “vir”: eu vim, tu vieste, ele veio, nós viemos, vós viestes, eles vieram. Sendo assim, “O juiz agrário **interveio** no conflito [...]” (grifamos).

Na segunda frase, o verbo “entreter” (no pretérito imperfeito do indicativo) flexiona-se de acordo com o paradigma do verbo “ter”: eu tinha, tu tinhas, ele tinha, nós tínhamos, vós tínheis, eles tinham. Sendo assim, “Uns poucos convidados **entretinham**-se com os vídeos [...]” (grifamos).

Na terceira frase, o verbo “abster-se” (no futuro do subjuntivo) flexiona-se de acordo com o paradigma do verbo “ter”: quando eu tiver, quando tu tiveres, quando ele tiver, quando nós tivermos, quando vós tiverdes, quando eles tiverem. Sendo assim, “Representantes do PCRT somente serão aceitos na composição da chapa quando se **abstiverem** de criticar a atual diretoria do clube (grifamos). Convém observar que o sujeito do verbo é “representantes do PCRT”, o que equivale à terceira pessoa do plural.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

QUESTÃO

64) Analise o emprego dos porquês nas frases a seguir e assinale a alternativa que inclui **todas** as frases **corretas**.

- I *Não interessa aqui saber **por que** meu amigo discordou da proposta.*
- II *Cheguei cedo **porque** há poucos ingressos ainda disponíveis.*
- III *Sei que o chefe anda muito intrigado, mas não sei dizer **porquê**.*
- IV *O cliente explicou **por que** não concordou com a solução encontrada?*
- V *O **por quê** de não estar conversando é **por que** quero estar concentrada.*

A ⇒ I - II - III

B ⇒ I - II - IV

C ⇒ II - III - V

D ⇒ III - IV - V

E ⇒ IV - V

PARECER:

A frase I está correta: “por que” equivale a “o motivo pelo qual”.

A frase II está correta: “porque” é conjunção subordinativa causal.

A frase III está incorreta: no final de frase, “por quê” deve ser escrito em separado e com acento.

A frase IV está correta: “por que” equivale a “o motivo pelo qual”.

A frase V está incorreta: o primeiro “porquê” deve ser escrito em uma forma única (junto) e com acento, pois equivale a um substantivo; o segundo “porque” deve ser escrito em forma única (junto), mas sem acento, visto que é conjunção subordinativa adverbial causal.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

65) Complete as lacunas com as formas pronominais sugeridas entre parênteses.

Se o senhor achar necessário, poderemos trazer-_____ três modelos de certificado. (lhe, vos)

Tenha em conta que só depende de _____ a recuperação da pintura do prédio. (você, ti)

Espere um momento, pois tenho dois assuntos para tratar _____. (contigo, consigo, com você)

Sugerimos que se faça um diálogo sério entre _____ e teus colegas de trabalho. (ti, tu)

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ vos - você - consigo - tu

B ⇒ lhe - ti - consigo - tu

C ⇒ vos - ti - contigo - tu

D ⇒ **lhe - você - com você - ti**

E ⇒ lhe - ti - com você - ti

PARECER:

Na primeira frase, o pronome “lhe” é o que está em conformidade com a forma de tratamento “senhor” (3ª. pessoa do singular).

Na segunda frase, a forma pronominal que combina com a forma verbal é “você”: Tenha *você* em conta que só depende de *você* [...]. Para que fosse possível a forma pronominal “ti”, o verbo seria “*Tem* em conta *tu* que só depende de *ti* [...]”: *tem* em conta *tu*, *tenha* em conta *você* (imperativo afirmativo)

Na terceira frase, a forma correta é “com você”, tendo em vista a forma do verbo “espere” (terceira pessoa). Ou seja, não cabe o uso de “contigo” (2ª. pessoa). Também não é aceitável o uso de “consigo”, uma vez que tal forma pronominal somente é possível quando se fala a respeito de outrem, não quando se fala com alguém.

Por fim, na quarta frase, a forma correta é “ti” para que haja uniformidade pronominal com “teus” (2ª. pessoa do singular).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

Texto 3

Muita pipoca, doces e alegria...

Nesta semana, a reportagem Folha da Estância acompanhou as festas juninas em algumas escolas do município, sob a supervisão do Departamento de Educação. Os festejos de junho são caracterizados por danças, comidas típicas, bandeirinhas, além das peculiaridades de cada região. São as festas juninas que se iniciam no dia 12 de Junho, véspera do dia de Santo Antônio e se encerram no dia 29, dia de São Pedro. O ponto mais elevado da festa ocorre nos dias 23 e 24, quando se comemora o dia de São João.

Durante os festejos acontecem quadrilhas, forrós, leilões, bingos e casamentos caipiras; a tradição de comemorar o dia de São João veio de Portugal, onde as festas são conhecidas pelo nome de santos populares e correspondem a diversos feriados municipais: Santo Antônio, em Lisboa; São Pedro, no Seixal; São João, no Porto, em Braga e em Almada. O nome “junina” é devido à sua procedência de países europeus cristianizados. Os portugueses foram os responsáveis por trazê-la ao Brasil, e logo foi inserida nos costumes das populações indígenas e afro-brasileiras.

A festa de São João brasileira é típica da Região Nordeste. Em Campina Grande, na Paraíba, a festa junina atrai milhares de pessoas. A canjica e a pamonha são comidas tradicionais da festa na região, devido à época ser propícia para a colheita do milho. O lugar onde ocorrem os festejos juninos é chamado de arraial, onde há barracas ou um galpão adaptado para a festa.

As festas de São João são ainda comemoradas em alguns países europeus católicos, protestantes e ortodoxos. Em algumas festas europeias de São João são realizadas a fogueira de São João e a celebração de casamentos reais ou encenados, semelhantes ao casamento fictício, que é um costume no baile da quadrilha nordestina.

Disponível em: <http://www.folhadaestancia.com.br/site/?p=12765>. Acesso em: 27/06/2014. Texto adaptado.

QUESTÃO

66) Assinale a alternativa cuja pergunta pode ser respondida com base no texto 3.

A ⇒ Em que se diferenciam as festas juninas brasileiras das festas juninas portuguesas?

B ⇒ Em que município, a reportagem Folha da Estância acompanhou as festas juninas em algumas escolas?

C ⇒ Por que os portugueses comemoram o dia de São João?

D ⇒ **Quais são as comidas típicas das festas juninas da Região Nordeste do Brasil?**

E ⇒ Em que se diferenciam as festas de São João comemoradas por católicos das festas de São João comemoradas por protestantes, ou por ortodoxos?

PARECER:

A única pergunta que pode ser respondida com base no texto 3 é a D: Quais são as comidas típicas das festas juninas da Região Nordeste do Brasil? Resposta: “A festa de São João brasileira é típica da Região Nordeste. Em Campina Grande, na Paraíba, a festa junina atrai milhares de pessoas. **A canjica e a pamonha** são comidas tradicionais da festa na região, devido à época ser propícia para a colheita do milho” (grifamos).

O mesmo não se pode afirmar em relações às demais perguntas. Assim, em relação à pergunta feita em A, nada existe no texto 3 que permita diferenciar as festas juninas brasileiras das festas juninas portuguesas. Em relação à pergunta B, nada consta no texto 3 sobre o nome do município em que a reportagem Folha da Estância acompanhou as festas juninas em algumas escolas. Também em relação à pergunta C, nada consta sobre as causas que deram origem à comemoração do dia de São João em Portugal. E, por fim, não é possível, com base no texto 3, dizer quais são as diferenças entre as festas de São João comemoradas por católicos das festas de São João comemoradas por protestantes, ou por ortodoxos.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

QUESTÃO

67) Em **todas** as alternativas, o que se afirma está correto, **exceto** em:

A ⇒ Na frase “As festas de São João são **ainda** comemoradas em alguns países europeus católicos, protestantes e ortodoxos”, o vocábulo “ainda” denota adição.

B ⇒ Na frase “O ponto mais elevado da festa ocorre nos dias 23 e 24, quando **se** comemora o dia de São João”, o vocábulo “se” é um pronome pessoal oblíquo átono, com função reflexiva.

C ⇒ Em “[...] a tradição de comemorar o dia de São João veio de Portugal, **onde** as festas são conhecidas pelo nome de santos populares e correspondem a diversos feriados municipais [...]”, o pronome relativo “onde” retoma o advérbio de lugar “Portugal”.

D ⇒ Em “Os portugueses foram os responsáveis por trazê-la ao Brasil, e **logo** foi inserida nos costumes das populações indígenas e afro-brasileiras”, o vocábulo “logo” é um advérbio e, como tal, exerce a função de adjunto adverbial.

E ⇒ Na frase “Os festejos de junho são caracterizados por danças, comidas típicas, bandeirinhas, **além das peculiaridades de cada região**”, a expressão “além de” – no caso, combinação de **além de** com artigo **as** – é uma locução conjuntiva que inicia orações subordinadas adverbiais de condição.

PARECER:

A alternativa A está correta, pois o termo “ainda” denota adição, sendo equivalente a “além disso”.

A alternativa B está incorreta, pois o pronome “se” não é uma partícula reflexiva, como se afirma, mas uma partícula apassivadora, o que equivale a “O ponto mais elevado da festa ocorre nos dias 23 e 24, quando é comemorado o dia de São João”.

A alternativa C está correta, pois o pronome adverbial relativo “onde” retoma (substitui) o adjunto adverbial de lugar “Portugal”.

A alternativa D está correta, pois o termo “logo” exerce a função de adjunto adverbial de tempo, podendo se substituído por outros adjuntos adverbiais de tempo, tais como: em seguida, na sequência, depois etc.

A alternativa E está incorreta, pois a expressão “além das” denota adição, não uma condição, como se afirma.

Conclui-se, assim, que há duas alternativas incorretas.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Anular a questão

QUESTÃO

68) Complete **corretamente** as lacunas com uma das opções colocadas entre parênteses.

- *O poder público brasileiro, _____ de ser econômico, é perdulário. (ao invés de – em vez de)*
- *O _____ de prisão foi expedido pelo juiz de plantão ainda de madrugada. (mandado – mandato)*
- *Esse procedimento está _____ a lei eleitoral. (infringindo – infringindo)*
- *Quanto mais detalhes forem incluídos na obra, mais _____ será a quantia de dinheiro. (vultosa – vultosa)*
- *Ao analisar o recurso, o parecerista _____ todas as peças do processo. (dissecou – dessecou)*

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ ao invés de - mandado - infringindo - vultosa - dessecou

B ⇒ **ao invés de - mandado - infringindo - vultosa - dessecou**

C ⇒ ao vez de - mandato - infringindo - vultosa - dessecou

D ⇒ ao invés de - mandato - infringindo - vultosa - dessecou

E ⇒ em vez de - mandado - infringindo - vultosa - dessecou

PARECER:

Na primeira frase, a forma que preenche corretamente a lacuna é “ao invés de” (equivalente a “ao contrário de”). A expressão “em vez de” significa “no lugar de”. Nessa frase, a manutenção da preposição “de” na frase a ser completada não invalida a questão, pois o dado se sobrepõe ao solicitado.

Na segunda frase, o termo correto é “mandado” (equivalente à ordem emanada da autoridade); diferentemente, “mandato” significa “procuração” ou “delegação de poderes”.

Na terceira frase, o termo correto é “infringindo” (equivalente a violar ou transgredir a lei), ao passo que a forma “infringir” significa aplicar pena ou castigo.

Na quarta frase, o termo correto é “vultosa” (equivalente a grande valor, grande quantia); diferentemente, “vultosa” significa inchaço (no rosto), vermelhidão.

Na quinta frase, o termo correto é “dissecou” (equivalente a separar as partes de maneira metódica), enquanto o termo “dessecar” significa desidratar, tornar seco.

Conclui-se, assim, que a única resposta correta é a alternativa B.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

QUESTÃO

69) Considerando os elementos estruturais, a linguagem e os aspectos sociocomunicativos, classifique os excertos de texto a seguir.

- (1) *FULANO DE TAL, brasileiro, RG 36348899-SSP/SC, CPF 327.653.334-66, residente e domiciliado na Rua Carlos Costa, 9341 - Bairro Serra Comprida, CEP 90038-201, aprovo o plano e o cronograma de construção do Posto de Saúde no Bairro da Onça Parda.*
- (2) *Declaramos, para os devidos fins, que FULANO DE TAL participou, como convidado, da mesa-redonda sobre Criação e Manejo de Gado em Áreas Alagadas.*
- (3) *A autoridade de trânsito de Brusque informa que o senhor foi autuado pela infração descrita abaixo, podendo até 23/11/2014 ingressar com defesa, diretamente à autoridade abaixo identificada, em formulário próprio, disponível em www.detran.sc.gov.br.*
- (4) *FULANO DE TAL, aluno regularmente matriculado na Escola de Capacitação e Treinamento de Agentes da Polícia Civil de Santa Catarina requer, nos termos do regimento desta instituição de ensino, a realização do exame prévio com vistas à dispensa na disciplina de Legislação e Normais de Transporte de Produtos Químicos.*
- (5) *Às dez horas do dia quinze de maio do ano dois mil e catorze, na sala da Coordenação de Políticas Agrárias, reuniu-se a Comissão de Políticas de financiamento da Agricultura para a próxima safra, sob a presidência de Carlos Afonso Vistosa.*

- () Notificação de Autuação
() Declaração
() Ata
() Requerimento
() Termo de Aprovação

A classificação **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ 2 - 1 - 5 - 4 - 3

B ⇒ 3 - 2 - 5 - 4 - 1

C ⇒ 2 - 5 - 4 - 3 - 1

D ⇒ 4 - 3 - 2 - 1 - 5

E ⇒ 5 - 4 - 1 - 3 - 2

PARECER:

A solicitação de anulação da questão com base no argumento de que a questão trata de “redação oficial” – conteúdo que não é parte do programa da prova – não procede. A questão, diferentemente do que afirma o reclamante, está relacionada ao item “Leitura, interpretação e análise de textos de diferentes gêneros textuais, verbais e não verbais”.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

Texto 4



Disponível em: <http://humortadela.bol.uol.com.br/charges/89043>.
Acesso em: 02/07/2014.

QUESTÃO

70) Em relação ao texto 4, assinale a alternativa em que um dos diálogos tem expressão adequada em discurso indireto.

A ⇒ Inconformado com a infração de trânsito, o motorista do carro azul passou a agredir o outro motorista, fazendo-lhe ameaças.

B ⇒ Calma, doutor, diz o motorista agredido.

C ⇒ Um dos motoristas fala: – Você me deu uma fechada.

D ⇒ Um dos motoristas diz ao outro motorista que irá lhe quebrar todos os ossos.

E ⇒ Um dos motoristas diz ao outro: – Idiota!

PARECER:

A alternativa A não se caracteriza como discurso indireto porque representa a reprodução da fala de uma personagem. No caso, o que se tem é uma narrativa, sem reproduzir possíveis falas do motorista do carro azul.

Em B, ocorre discurso direto, uma vez que o texto reproduz fielmente a fala da personagem (“Calma, doutor”).

Em C, da mesma forma, a frase “– Você me deu uma fechada” é exemplo de discurso direto, pois reproduz fielmente a fala da personagem.

Diferentemente, em D, o texto reproduz indiretamente a fala da personagem. Nesse caso, o narrador se apropria da fala da personagem, reproduzindo-a por meios de verbos do tipo “dicendi”: o motorista diz que...

Por fim, em E, tem-se discurso direto, pois o narrador repete fielmente a fala da personagem tal qual ela aconteceu. Nesse caso, a personagem é que fala.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE

CONCURSO PÚBLICO - AGENTE DE POLÍCIA CIVIL

EDITAL Nº 002/SSP/DGPC/ACADEPOL/2014

03 de agosto de 2014

PARECERES DOS RECURSOS

DISCIPLINA: NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÃO

71) Em relação ao Sistema Operacional Windows 7, suas características, recursos e funcionalidades principais, é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ Quando pastas e programas são abertos, eles são exibidos na área de trabalho, local onde também é possível a colocação de itens como arquivos e pastas.

B ⇒ Um atalho é um ícone que representa um link para um item, como arquivos e programas, em vez do item em si. No caso da exclusão de um atalho, tanto ele quanto o arquivo ao qual ele se referencia serão excluídos.

C ⇒ Minimizar uma janela faz com que ela desapareça da área de trabalho, porém, isso não significa que ela tenha sido fechada nem seu conteúdo tenha sido excluído.

D ⇒ Por meio do menu Iniciar o usuário pode realizar diversas atividades como iniciar programas, pesquisar arquivos, ajustar configurações do computador e desligar o computador.

E ⇒ Os botões da barra de tarefas correspondem aos programas abertos no Windows, sendo que cada botão exibe um ícone específico para representar o programa aberto.

PARECER:

A alternativa A está correta, baseada no seguinte texto: “A área de trabalho é a principal área exibida na tela quando você liga o computador e faz logon no Windows. Ela serve de superfície para o seu trabalho, como se fosse o tampo de uma mesa real. Quando você abre programas ou pastas, eles são exibidos na área de trabalho. Nela, também é possível colocar itens, como arquivos e pastas, e organizá-los como quiser.”

Fonte: <http://windows.microsoft.com/pt-br/windows/desktop-overview#1TC=windows-7>

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito.

=====

QUESTÃO

73) Considerando o Sistema Operacional Windows 7 e suas características em relação ao gerenciamento de pastas e arquivos, é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ Com duas janelas de pastas lado a lado, o recurso “arrastar e soltar” com o mouse pode ser utilizado para copiar ou mover um ou mais arquivos entre elas.

B ⇒ Ícones Grandes, Lista, Lado a Lado e Detalhes são diferentes modos de exibição de arquivos e pastas que podem ser configurados por meio do botão Modos de Exibição.

C ⇒ Uma pasta é um contêiner utilizado para armazenar arquivos. Pastas também podem ser armazenadas em outras pastas. A pasta que contém subpastas é chamada de biblioteca.

D ⇒ A barra de endereços aparece na parte superior das janelas de pastas e exibe seu local atual como uma série de links separados por setas.

E ⇒ A caixa de pesquisa fica localizada na parte superior da janela de pastas. A pesquisa é iniciada assim que o usuário começa a digitar dentro da caixa.

PARECER:

A alternativa A está correta, baseada no seguinte texto: “A maioria das pessoas copia e move arquivos usando um método chamado arrastar e soltar. Comece abrindo a pasta que contém o arquivo ou a pasta que deseja mover. Depois, em uma janela diferente, abra a pasta para onde deseja mover o item. Posicione as janelas lado a lado na área de trabalho para ver o conteúdo de ambas. Em seguida, arraste a pasta ou o arquivo da primeira pasta para a segunda. Isso é tudo.” Deve-se considerar que a ação de mover ou copiar será determinada pela

localização das pastas em questão. Caso ambas as pastas estejam no mesmo disco, então os arquivos serão movidos. Caso as pastas estejam em discos distintos, haverá cópia.

Fonte: <http://windows.microsoft.com/pt-br/windows/working-with-files-folders#1TC=windows-7>

A alternativa B está correta, baseada no seguinte texto: “Toda vez que você clicar do lado esquerdo do botão Modos de Exibição, ele vai alterar a exibição dos arquivos e das pastas entre cinco ciclos diferentes de modos de exibição: Ícones Grandes, Lista, um modo de exibição chamado Detalhes, que mostra várias colunas de informações sobre o arquivo, um modo de exibição de ícones menores chamado Lado a Lado e um modo de exibição chamado Conteúdo, que mostra parte do conteúdo do arquivo. Toda vez que você clicar do lado esquerdo do botão Modos de Exibição, ele vai alterar a exibição dos arquivos e das pastas entre cinco ciclos diferentes de modos de exibição: Ícones Grandes, Lista, um modo de exibição chamado Detalhes, que mostra várias colunas de informações sobre o arquivo, um modo de exibição de ícones menores chamado Lado a Lado e um modo de exibição chamado Conteúdo, que mostra parte do conteúdo do arquivo. Toda vez que você clicar do lado esquerdo do botão Modos de Exibição, ele vai alterar a exibição dos arquivos e das pastas entre cinco ciclos diferentes de modos de exibição: Ícones Grandes, Lista, um modo de exibição chamado Detalhes, que mostra várias colunas de informações sobre o arquivo, um modo de exibição de ícones menores chamado Lado a Lado e um modo de exibição chamado Conteúdo, que mostra parte do conteúdo do arquivo.”

Fonte: <http://windows.microsoft.com/pt-br/windows/working-with-files-folders#1TC=windows-7>

A alternativa C está incorreta, baseada no seguinte texto: “As pastas também podem ser armazenadas em outras pastas. A pasta dentro de uma pasta é chamada **subpasta**. Você pode criar quantas subpastas quiser, e cada uma pode armazenar qualquer quantidade de arquivos e subpastas adicionais”. Biblioteca tem outro conceito, apresentado no seguinte texto: “Você pode usar as bibliotecas, um novo recurso desta versão do Windows, para acessar seus arquivos e pastas, e organizá-los de formas diferentes.”

Fonte: <http://windows.microsoft.com/pt-br/windows/working-with-files-folders#1TC=windows-7>

A alternativa D está correta, baseada no seguinte texto: “A barra de endereços aparece na parte superior de todas as janelas de pastas e exibe seu local atual como uma série de links separados por setas.”

Fonte: <http://windows.microsoft.com/pt-br/windows/navigate-using-address-bar#1TC=windows-7>

A alternativa E está correta, baseada no seguinte texto: “Muitas vezes, ao procurar um arquivo, você já sabe que ele está armazenado em alguma pasta ou biblioteca específica, como Documentos ou Imagens. Procurar um arquivo pode significar procurar em centenas de arquivos e subpastas. Para poupar tempo e esforço, use a caixa de pesquisa na parte superior da janela aberta.” e também conforme o seguinte texto: “Para pesquisar um arquivo ou uma pasta usando a caixa de pesquisa: Digite uma palavra ou parte de uma palavra na caixa de pesquisa. À medida que você digita, o conteúdo da pasta ou biblioteca é filtrado para refletir cada caractere sucessivo digitado. Ao ver o arquivo desejado, basta parar de digitar.”

Fonte: <http://windows.microsoft.com/pt-br/windows/find-file-folder#1TC=windows-7>

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

74) A uso de computadores de forma segura é muito importante, levando-se em consideração que informações confidenciais podem estar armazenadas no computador ou sendo transmitidas pela rede local ou Internet. Vários recursos estão disponíveis aos usuários para que estes possam manter seus computadores protegidos.

Nesse sentido, analise as informações a seguir.

- I** *Firewall é um software ou hardware que verifica informações vindas da Internet ou de uma rede, rejeitando-as ou permitindo que elas passem, dependendo da configuração.*
- II** *O uso de uma conta de administrador ao invés de uma conta padrão é mais adequado para atividades como navegar na Internet e ler e-mails, pois o usuário tem permissão para remover os vírus e spywares encontrados.*
- III** *Os programas antivírus verificam a existência de vírus no computador. Caso algum vírus seja encontrado, o programa antivírus o coloca de quarentena ou o exclui completamente.*
- IV** *O Windows Update realiza uma rotina de verificação das atualizações necessárias para o Sistema Operacional Windows e as instala automaticamente, impedindo qualquer ataque de hackers ao sistema.*

Todas as informações corretas estão em:

A ⇒ I - II

B ⇒ I - III - IV

C ⇒ I - III

D ⇒ II - III - IV

E ⇒ II - IV

PARECER:

O Item I está correto, baseado no seguinte texto: “Firewall é um software ou um hardware que verifica informações provenientes da Internet ou de uma rede, e as bloqueia ou permite que elas cheguem ao seu computador, dependendo das configurações do firewall.”

Fonte: <http://windows.microsoft.com/pt-br/windows/what-is-firewall#1TC=windows-7>

O Item II está incorreto, baseado no seguinte texto: “Embora uma conta de administrador forneça controle completo sobre um computador, o uso de uma conta padrão poderá ajudá-lo a tornar seu computador mais seguro. Dessa forma, se outras pessoas (ou hackers) tiverem acesso ao seu computador enquanto você estiver conectado, elas não poderão violar as configurações de segurança do computador ou alterar outras contas de usuário.”

Fonte: <http://windows.microsoft.com/pt-br/windows/understanding-security-safe-computing#1TC=windows-7>

O Item III está correto, baseado no seguinte texto: “Os programas antivírus verificam a existência de vírus, worms e cavalos de Troia em emails e outros arquivos. Caso algum seja encontrado, o programa antivírus coloca de quarentena (isola) o vírus ou o exclui completamente, antes que ele danifique o computador e os arquivos.”

Fonte: <http://windows.microsoft.com/pt-br/windows/understanding-security-safe-computing#1TC=windows-7>

O item IV está incorreto, baseado no seguinte texto: “Microsoft disponibiliza regularmente atualizações importantes para o Windows que podem ajudar a proteger o computador contra novos vírus e outras ameaças.” As atualizações são importantes pois protegem o computador das ameaças conhecidas. Porém novas vulnerabilidades são encontradas periodicamente e podem ser exploradas por atacantes antes que os computadores sejam atualizados com correções. Assim sendo as atualizações não conseguem impedir que ataques sejam realizados contra computadores, porque nem todas as vulnerabilidades são conhecidas.

Fonte: http://windows.microsoft.com/pt-br/windows/understanding-security-safe-computing#1TC=windows-7§ion_6

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

75) O Sistema Operacional Windows 7 pode imprimir diversos tipos de arquivos, como documentos e imagens. Os recursos disponíveis variam de impressora para impressora, porém, muitos deles são comuns à maioria dos modelos.

São opções comuns de configuração de impressão, **exceto**:

A ⇒ número de cópias.

B ⇒ intervalo de páginas.

C ⇒ orientação da página.

D ⇒ tamanho do papel.

E ⇒ **fila de impressão.**

PARECER:

A questão pede que o candidato assinale o item que não é uma opção comum de configuração de impressão.

O recurso fila de impressão do Windows 7 é apresentado com a seguinte descrição: “Quando você imprime um documento, ele segue para a fila de impressão, onde é possível exibir, pausar e cancelar a impressão, além de outras tarefas de gerenciamento. A fila de impressão mostra o que está sendo impresso e o que está aguardando para ser impresso. Ela também fornece informações úteis como o status da impressão, quem está imprimindo o que e quantas páginas ainda faltam.”

A fila de impressão é, portanto, um recurso presente no Windows 7, mas não é uma opção comum de configuração de impressão. Opções comuns são apresentadas a seguir:

- Seleção da impressora.
- Intervalo de páginas.
- Número de cópias.
- Orientação da página.
- Tamanho do papel.

- Saída ou fonte de papel.
- Impressão em frente e verso.
- Imprimir em cores.

Fonte: <http://windows.microsoft.com/pt-br/windows/getting-started-printing#1TC=windows-7>

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

QUESTÃO

77) Considerando o processador de textos Word 2007, em relação à edição e formatação de textos, é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ Ao recortar ou copiar texto e o colar em um documento, é possível escolher entre manter a aparência igual a que ele tinha no local original ou que tenha a aparência do texto do local onde ele será colado.

B ⇒ Ao sublinhar o texto em um documento, os espaços entre as palavras sempre serão sublinhados, podendo ainda ser aplicados diferentes estilos de linhas e cores.

C ⇒ Com o uso de recurso “Limpar Formatação” é possível limpar facilmente a formatação, como negrito, sublinhado, itálico, cor, sobrescrito, subscrito do texto e retorná-lo aos estilos de formatação padrão.

D ⇒ O recurso “Restringir Formatação e Edição”, disponível em “Proteger Documento”, permite a proteção do documento para ajudar a restringir a maneira que os outros podem alterar a formatação de um documento.

E ⇒ A capitular, letra inicial maiúscula grande, pode ser usada para começar um documento ou capítulo, ou para chamar atenção em um boletim informativo ou convite.

PARECER:

A alternativa A está correta, baseada no seguinte texto: “Ao recortar ou copiar texto e o colar em seu documento, você deseja que a aparência seja igual a que ele tinha no local original, ou deseja que ele adote a aparência do texto ao redor onde é colado? Às vezes, você pode querer uma opção, mas em outra situação pode querer a outra.”

Fonte: <http://office.microsoft.com/client/helppreview.aspx?AssetId=HA102157089990&lcid=1046&NS=WINWORD&Version=12&respos=0&CTT=1&queryid=283b4138%2D974a%2D4741%2Da961%2Da03e1ba5e316>

A alternativa B está incorreta, pois o Word oferece a opção de sublinhar as palavras sem que os espaços entre elas sejam sublinhados.

Fonte: <http://office.microsoft.com/client/helppreview.aspx?AssetId=HP100144109990&lcid=1046&NS=WINWORD&Version=12&respos=0&CTT=1&queryid=714cf761%2D2cf5%2D4ff6%2D838b%2D134201192141#BM2>

A alternativa C está correta, baseada no seguinte texto: “No Microsoft Office Word 2007 ou no Microsoft Office PowerPoint 2007, você pode limpar facilmente toda a formatação (como negrito, sublinhado, itálico, cor, sobrescrito, subscrito e mais) do texto e retorná-lo aos estilos de formatação padrão.”

Fonte: <http://office.microsoft.com/client/helppreview.aspx?AssetId=HA102106799990&lcid=1046&NS=WINWORD&Version=12&respos=0&CTT=1&queryid=6c604204%2D6ad4%2D4bba%2D81a9%2D4d778d46646e>

A alternativa D está correta, baseada no seguinte texto: “É possível usar a proteção do documento para ajudar a restringir a maneira que os outros podem alterar a formatação do seu documento. Na guia Revisão, no grupo Proteger, clique em Proteger Documento e, em seguida, clique em Restringir Formatação e Edição.”

Fonte: <http://office.microsoft.com/client/helppreview.aspx?AssetId=HA100908659990&lcid=1046&NS=WINWORD&Version=12&CTT=5&origin=HA010030757>

A alternativa E está correta, baseada no seguinte texto: “A capitular, uma letra inicial maiúscula grande, pode ser usada para começar um documento ou capítulo, ou para chamar atenção em um boletim informativo ou convite.”

Fonte: <http://office.microsoft.com/client/helppreview.aspx?AssetId=HP100165229990&lcid=1046&NS=WINWORD&Version=12&respos=0&CTT=1&queryid=3ee9852b%2Dae76%2D4a7d%2Db259%2D9a486d183973>

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

QUESTÃO

78) Considerando o processador de textos Word 2007 em relação à configuração de páginas e suas características, é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ A combinação de duas páginas é possível com a exclusão da quebra de página existente entre elas.

B ⇒ As régua horizontais e verticais são um recurso normalmente utilizado para alinhamento de texto, gráficos, tabelas e outros elementos em um documento.

C ⇒ Em Layout da Página, a opção Orientação permite escolher entre as orientações retrato (vertical) ou paisagem (horizontal) para todas as partes do documento.

D ⇒ **As margens da página são o espaço em branco em volta das bordas da página. Texto e elementos gráficos são inseridos somente na área imprimível entre elas.**

E ⇒ As quebras de seção são usadas para criar alterações de layout ou formatação em uma parte do documento, como margens e bordas das páginas.

PARECER:

A alternativa A está correta, baseada no seguinte texto: “Você pode combinar duas páginas colocando o cursor entre as duas páginas e pressionando BACKSPACE.” A alternativa fala da possibilidade de exclusão da quebra de página, que é possível quando se trata de quebra de página manual, tendo como consequência a combinação do conteúdo das duas páginas antes separadas pela quebra.
Fonte: <http://office.microsoft.com/client/helppreview.aspx?AssetId=HA100480439990&lcid=1046&NS=WINWORD&Version=12&pid=CH010062614&CTT=4#BM5>

A alternativa B está correta, baseada no seguinte texto: “As réguas horizontais e verticais no Word são normalmente usadas para alinhar texto, gráficos, tabelas e outros elementos em um documento.”

Fonte: <http://office.microsoft.com/client/helppreview.aspx?AssetId=HA101022719990&lcid=1046&NS=WINWORD&Version=12&pid=CH010062617&CTT=4>

A alternativa C está correta, baseada no seguinte texto: “É possível escolher entre as orientações retrato (vertical) ou paisagem (horizontal) para todas as partes do documento. 1 - Na guia Layout da Página, no grupo Configurar Página, clique em Orientação. 2 - Clique em Retrato ou Paisagem.”

Fonte: <http://office.microsoft.com/client/helppreview.aspx?AssetId=HP012295869990&lcid=1046&NS=WINWORD&Version=12&pid=CH010062617&CTT=4>

A alternativa D está incorreta, baseada no seguinte texto: “As margens da página são o espaço em branco em volta das bordas da página. Em geral, você insere texto e elementos gráficos na área imprimível entre as margens. No entanto, é possível posicionar alguns itens nas margens — por exemplo, cabeçalhos, rodapés e números da página.”

Fonte: <http://office.microsoft.com/client/helppreview.aspx?AssetId=HP012264929990&lcid=1046&NS=WINWORD&Version=12&respos=0&CTT=1&queryid=d025ccd6%2Dd5e4%2D4a7a%2D80f3%2D584563f61de8>

A alternativa E está correta, baseada no seguinte texto: “É possível usar quebras de seção para alterar o layout ou a formatação de uma página ou de páginas do documento. Por exemplo, você pode definir o layout de uma página em coluna única como duas colunas. Você pode separar os capítulos no documento para que a numeração de página de cada capítulo comece com 1. Você também pode criar um cabeçalho ou rodapé diferente para uma seção do documento.”

Fonte: <http://office.microsoft.com/client/helppreview.aspx?AssetId=HA100310739990&lcid=1046&NS=WINWORD&Version=12&pid=CH010062620&CTT=4>

PARECER COMPLEMENTAR:

A alternativa solicita ao candidato para analisar a opção de orientação de página do Word. Existem duas opções de orientação: retrato e paisagem. A seleção de um dos tipos de orientação implica na aplicação deste mesmo tipo em todo o documento, a não ser que o usuário utilize uma quebra de seção para poder então ter parte do documento configurado como retrato e parte como paisagem. É importante destacar que a alternativa pede ao candidato que avalie se é possível ou não aplicar as opções retrato ou paisagem a todo o documento, deixando implícito o fato do documento poder ter os dois tipos simultaneamente, conforme explicado acima. A alternativa é correta, pois o Word permite por meio da opção orientação a escolha do tipo retrato ou paisagem, que será aplicada automaticamente para todas as partes, ou páginas, do documento. No site de Ajuda da Microsoft é possível avaliar a questão conforme o link abaixo no qual consta o seguinte texto: “É possível escolher entre as orientações retrato (vertical) ou paisagem (horizontal) para todas as partes do documento. Quando você altera a orientação, as galerias de páginas e as opções de folha de rosto criadas previamente também são alteradas para oferecer páginas com a mesma orientação.” Link:

<http://office.microsoft.com/client/helppreview.aspx?AssetId=HP012295869990&lcid=1046&NS=WINWORD&Version=12&pid=CH010062617&CTT=4>

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

QUESTÃO

79) Considerando a planilha eletrônica Excel 2007 em relação às suas pastas de trabalho e planilhas, é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ Uma nova pasta de trabalho pode ser criada em branco, mas também pode ser baseada em uma pasta de trabalho existente.

B ⇒ Uma pasta de trabalho Excel é um arquivo. Também é possível ocultar a janela de uma pasta de trabalho.

C ⇒ É possível mover uma planilha somente para outro local da mesma pasta de trabalho, entretanto, é possível copiar a planilha para outra pasta de trabalho.

D ⇒ O Excel fornece por padrão três planilhas em uma pasta de trabalho. É possível inserir planilhas adicionais ou excluí-las, conforme necessário.

E ⇒ É possível ocultar qualquer planilha em uma pasta de trabalho para removê-la do modo de exibição. Também é possível ocultar a janela de uma pasta de trabalho.

PARECER:

A alternativa C está incorreta, baseada no seguinte texto: “Você pode mover ou copiar uma pasta de trabalho para outro local de uma pasta de trabalho ou para outra pasta de trabalho”. Assim sendo é possível mover uma planilha para outra pasta de trabalho, sendo que o item afirma que só é possível mover se fosse para dentro da mesma pasta de trabalho.

Fonte:<http://office.microsoft.com/client/helppreview.aspx?AssetId=HP012170359990&lcid=1046&NS=EXCEL&Version=12&pid=CH010064834&CTT=4>

A alternativa E está correta, baseada no seguinte texto: “Você pode ocultar qualquer planilha em uma pasta de trabalho para removê-la do modo de exibição. Também é possível ocultar a janela de uma pasta de trabalho para removê-la do seu espaço de trabalho.”

Fonte:<http://office.microsoft.com/client/helppreview.aspx?AssetId=HP012170339990&lcid=1046&NS=EXCEL&Version=12&pid=CH010064838&CTT=4>

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====
80) Considerando a planilha eletrônica Excel 2007 em relação às suas características e funcionalidades, é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ O comando Colar Especial só copia o formato das células, como cores, fontes e alinhamento, mantendo o conteúdo da célula destino inalterado.

B ⇒ Um erro de referência de célula inválida #REF! aparece em uma célula quando as células que contêm os valores utilizados na fórmula não podem mais ser referenciadas.

C ⇒ Ao copiar o conteúdo de uma célula, é possível escolher entre colar apenas o valor e não a fórmula subjacente que é exibida na barra de fórmula.

D ⇒ Se dados estão inseridos em colunas ou linhas e se deseja reorganizá-los em linhas ou colunas, é possível transpor esses dados de uma situação para outra.

E ⇒ Duas ou mais células horizontais ou verticais adjacentes, quando mescladas, se tornam uma grande célula. Somente os dados na célula superior esquerda permanecem na célula mesclada.

PARECER:

A alternativa B está correta, baseada no seguinte texto: “Por exemplo, você pode copiar o valor resultante de uma fórmula para uma célula de outra planilha. Ou pode excluir os valores que usou em uma fórmula depois de copiar o valor resultante para outra célula da planilha. Esses dois tipos de ação fazem com que um erro de referência de célula inválida (#REF!) apareça na célula de destino, já que as células que contêm os valores que você usou na fórmula não podem mais ser referenciadas.” Assim sendo, se a célula A1 contém, por exemplo, a fórmula =A2+A3, caso a célula A2 seja excluída, ocorre um erro de referência na célula A1.

Fonte:<http://office.microsoft.com/client/helppreview.aspx?AssetId=HA102449039990&lcid=1046&NS=EXCEL&Version=12&pid=CH010064834&CTT=4>

A alternativa C está correta, baseada no seguinte texto: “Às vezes, quando você copia o conteúdo de uma célula, deseja colar apenas o valor e não a fórmula subjacente que é exibida na barra de fórmula.” Assim sendo, após a cópia de uma célula, o usuário do Excel pode escolher dentre as várias opções de colar que o Excel disponibiliza, dentre elas a opção de colar somente o valor da célula.

Fonte:<http://office.microsoft.com/client/helppreview.aspx?AssetId=HA102449039990&lcid=1046&NS=EXCEL&Version=12&pid=CH010064834&CTT=4>

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.